

**Friederich Engels**

# **A REVOLUÇÃO DA CIÊNCIA DE EUGÉNIO DÜHRING**

**("ANTI-DÜHRING")**

**- 1878 -**

## **PARTE III – SOCIALISMO**

### **CAPÍTULO II – TRAÇOS TEÓRICOS**

A concepção materialista da história parte do princípio de que a produção e, com ela, o intercâmbio de produtos, constituem a base de toda a ordem social; que em todas as sociedades ao longo da história a distribuição de produtos e mercadorias e, com ela, a divisão e articulação social em classes, orienta-se pelo que se produz e como se produz, assim como pela maneira como se intercambia o que é produzido. Segundo isto, as causas últimas de todas as mudanças sociais e das revoltas políticas não devem procurar-se nas mentes dos homens, nem na sua crescente compreensão da verdade e da justiça eternas, mas sim nas transformações sofridas pelos modos de produção e de intercâmbio; elas não devem procurar-se na *filosofia*, mas sim na *economia* das respectivas épocas. O despertar da compreensão de que as instituições sociais existentes são irracionais e injustas, de que a razão se converteu em absurdo e que as boas acções são de facto uma praga constitui apenas um sintoma de que os modos de produção e de intercâmbio respeitantes a anteriores épocas históricas sofreram mudanças ocultas de tal forma que a ordem social já não coincide com elas. Com isto é dito que os meios para eliminar os males descobertos devem encontrar-se também, de forma mais ou menos desenvolvida, nas relações de produção mudadas. Estes meios não devem ser *inventados* pela nossa mente, mas devem sim *descobrir-se* através dela nos factos materiais da produção.

Qual é a posição do socialismo moderno a este respeito?

A ordem social existente foi criada, tal como agora todos admitem, pela classe actualmente dominante que é a burguesia. O modo de produção característico da burguesia, conhecido desde Marx com o nome de “modo de produção capitalista”, era incompatível com os privilégios locais e da propriedade feudal, bem como com os laços

personais que se estabeleciam na ordem feudal; por isso, a burguesia destruiu a ordem feudal e construiu a ordem social burguesa.

por cima das suas ruínas, o reino da livre concorrência, da liberdade individual, da equiparação perante a lei de todos os proprietários de mercadorias e todas as outras “bênçãos” capitalistas. Desta forma, foi possível desenvolver livremente o modo de produção burguês. As forças produtivas constituídas sob a liderança da burguesia desenvolveram-se com uma rapidez inédita e a uma escala desconhecida até então a partir do momento em que as novas máquinas, ferramentas e instrumentos a vapor transformaram a antiga manufactura na grande indústria. Mas da mesma maneira que, noutros tempos, a manufactura e os artesãos que se desenvolveram posteriormente sob a sua influência entraram em conflito com as grilhetas feudais dos grêmios, assim também a grande indústria, uma vez totalmente desenvolvida, entra em conflito com os limites aos quais o modo de produção capitalista a reduz. As novas forças produtivas já superaram a forma burguesa do seu uso; e este conflito entre forças produtivas e modos de produção não é algo nascido das cabeças dos homens, como sucede com o erro e a justiça, mas existe de facto, de forma objectiva, fora de nós mesmos, independentemente da vontade e das acções dos próprios homens que lhe deram origem. O socialismo moderno não é mais do que o reflexo mental deste conflito objectivo, é o seu reflexo ideal nas mentes da classe que, em primeiro lugar, sofre devido a ele: a classe trabalhadora.

E em que é que consiste este conflito?

Antes da produção capitalista, ou seja na Idade Média, o sistema da pequena indústria dominava em geral, baseado na propriedade privada do trabalhador sobre os seus meios de produção: era a agricultura dos pequenos camponeses, livres ou servos, e o artesanato praticado pelos artesãos das cidades. Os meios de trabalho – terra, instrumentos e melhoramentos agrícolas, oficinas, ferramentas artesanais – eram os meios de trabalho do indivíduo preparados apenas para o uso individual e, por isso mesmo, eram necessariamente pequenos, insignificantes e limitados. Mas também por esta mesma razão eles pertenciam em geral ao próprio produtor. A função histórica do modo de produção capitalista e do seu porta-bandeira, a burguesia, consistiu precisamente em concentrar esses meios de produção dispersos e limitados de forma a ampliá-los e a convertê-los nas potentes alavancas produtivas da actualidade. Na quarta parte de *O Capital*, Marx descreveu detalhadamente como a burguesia tem vindo a realizar historicamente esta tarefa desde o século XV passando pelos três estádios da cooperação simples, da manufactura e da grande indústria. Mas, como se demonstra também nessas páginas de *O Capital*, a burguesia não pode transformar esses meios de produção limitados em poderosas forças produtivas a menos que os convertesse ao mesmo tempo de meios de produção do indivíduo, que era o que eles eram, em meios de produção *sociais*, apenas utilizáveis por uma *colectividade de seres humanos*. Em lugar da roca, do tear manual e do martelo do ferreiro, apareceram o tear mecânico, a máquina a vapor, o martelo a vapor; em vez do labor e da oficina individual, a fábrica impõe a colaboração de centenas e de milhares de pessoas. Do mesmo modo que os meios de produção, a própria produção também se transformou, pois deixou de ser uma série de acções

individuais para passar a ser constituída por uma sucessão de actos sociais, e assim os produtos passaram de produtos de indivíduos a produtos sociais. As peças, os tecidos e as mercadorias metalúrgicas que saem hoje das fábricas são produto do trabalho comum de muitos operários, por cujas mãos têm de passar sucessivamente antes de estarem terminados. Nenhum indivíduo pode afirmar: isto fui eu que fiz, é o *meu* produto.

Mas sempre que a forma básica da produção é a divisão espontânea do trabalho no seio da sociedade, esta divisão imprime aos produtos a forma de *mercadoria*, cujo recíproco intercâmbio, cuja compra e venda possibilitam aos produtores individuais satisfazer as suas diversas necessidades. Tal sucedeu durante a Idade Média. O camponês, por exemplo, vendia produtos agrícolas ao artesão e comprava outros a troco de produtos artesanais. O novo modo de produção penetrou nessa sociedade de produtores individuais, de produtores de mercadorias. E no seio dessa divisão de trabalho espontânea, *sem planeamento*, emergiu a divisão *planeada* do trabalho, tal como estava organizada nas diversas fábricas. Os produtos de ambas as procedências vendiam-se no mesmo mercado, o que significa que se vendiam a preços aproximadamente equivalentes. Mas a organização planeada era muito mais eficaz do que a divisão espontânea do trabalho – as fábricas, trabalhando socialmente, fabricavam produtos mais baratos do que os pequenos produtores isolados. Por isso, a produção individual foi sucumbindo sucessivamente em todos os âmbitos, e a produção social revolucionou de forma total e profunda o modo de produção em geral. Este seu carácter revolucionário foi tão pouco reconhecido que ele foi introduzido precisamente como um meio para sustentar, erguer e promover a produção de mercadorias. A produção social relaciona-se directamente com determinadas alavancas de produção e com o intercâmbio de mercadorias que estavam já presentes na realidade económica: o capital mercantil, o artesanato, o trabalho assalariado. Ao surgir como nova forma de produção de mercadorias, as formas de apropriação da produção de mercadorias permaneceram, como sempre, em vigor.

Na produção de mercadorias que se tinha desenvolvido na Idade Média, nem sequer se podia colocar a questão de saber a quem devia pertencer o produto do trabalho. Em regra, o produtor individual obtinha-o com matérias-primas que lhe pertenciam, muitas vezes produzidas por ele mesmo e com os próprios meios de trabalho ou até mesmo com as suas mãos ou da sua família. Nem sequer precisava de se apropriar dele, uma vez que já lhe pertencia directamente. A propriedade dos produtos repousava pois no *próprio trabalho*. Mesmo quando se usava ajuda alheia, esta era de pouca relevância e nem sequer era paga com salários, mas sim com outro tipo de remuneração: o aprendiz e o oficial dos grémios trabalhavam menos para o seu sustento do que para obterem uma formação profissional como mestres. Nesta situação ocorreu a concentração dos meios de produção em grandes teares, oficinas e manufacturas, e a transformação destes meios em meios de produção efectivamente sociais. Mas estes e os produtos sociais continuaram a ser tratados como se fossem ainda meros meios de trabalho e produtos de indivíduos. Se até então o proprietário dos meios de trabalho se tinha apropriado do produto porque, em geral, era o produto do seu próprio trabalho, enquanto que a ajuda externa era algo excepcional, agora o proprietário dos meios de trabalho continuou a apropriar-se do produto apesar de já não se tratar do seu produto, mas sim do produto do *trabalho alheio*. E assim os produtos, embora conseguidos socialmente, foram apropriados não por

aqueles que realmente tinham colocado em movimento os meios de produção e que realmente tinham produzido os produtos, mas sim pelo *capitalista*. Os meios de produção e a própria produção tornaram-se essencialmente sociais. Mas eles submetem-se a uma forma de apropriação que tem como pressuposto a produção privada pelos indivíduos, na qual cada um possui o seu próprio produto e o conduz até ao mercado.[\*]

---

[\*] Não fará falta esclarecer que, apesar da forma de apropriação se manter idêntica, o carácter da apropriação permanece tão revolucionariamente mudado pelos feitos descritos como a própria produção. Entre a apropriação do meu produto ou do produto de outra pessoa existe, naturalmente, uma grande diferença: trata-se de dois tipos distintos de apropriação. E seja dito que o trabalho assalariado, que ainda se encontra na sua fase embrionária, não pôde desenvolver-se em forma de modo de produção capitalista até que ficaram estabelecidas as suas prévias condições históricas.

Nesta contradição que fornece ao novo modo de produção o seu carácter capitalista *encontra-se já o germe de todas as presentes colisões*.

Quanto mais se estendeu o domínio do novo modo de produção em todos os campos decisivos da própria produção e em todos os países economicamente importantes, reduzindo a produção individual a uns restos irrelevantes, *tanto mais violentamente teve que sair á luz a incompatibilidade entre a produção social e a apropriação capitalista*.

Como se disse, os primeiros capitalistas encontraram já desenvolvida a forma do trabalho assalariado. Mas o que eles encontraram de facto foi o trabalho assalariado como excepção, como ajuda, como momento de transição. O operário agrícola que se empregava temporariamente como trabalhador braçal tinha uma certa porção de terra própria que lhe bastava para se sustentar, ainda que de forma miserável. Mas as direcções dos grémios faziam os possíveis para que o oficial de hoje se converta no mestre de amanhã. Tudo isto mudou enquanto os meios de produção se tornaram sociais e se concentraram nas mãos dos capitalistas.

Progressivamente, o meio de produção e o produto do pequeno produtor individual foram perdendo valor; no final, não lhe restou outro remédio senão passar a trabalhar para o capitalista como assalariado. O trabalho assalariado que antes era uma excepção tornou-se regra e forma básica de toda a produção; o que antes era uma mera ocupação subsidiária tornou-se agora na única actividade do trabalhador. O assalariado ocasional transformou-se em assalariado perpétuo. Além disto, a massa de assalariados perpétuos aumentou colossalmente devido á destruição da ordem feudal; dissolução dos séquitos e exércitos dos senhores feudais, expulsão dos camponeses que perderam as suas posições servis que lhes estavam asseguradas, etc. Assim se consumava a divisão entre os meios de produção, concentrados nas mãos dos capitalistas, e os produtores reduzidos á propriedade exclusiva sobre a sua força de trabalho. *A contradição entre a produção social e a apropriação capitalista manifesta-se como contraposição entre o proletariado e a burguesia*.

Vimos que o modo de produção capitalista se inseriu numa sociedade de produtores de mercadorias, de produtores individuais cujo entrelaçamento social estava mediado pelo intercâmbio de produtos. Mas toda a sociedade baseada na produção de mercadorias tem a particularidade de que nela os produtores acabam por perder o domínio das suas próprias relações sociais. Cada qual produz para si através dos meios de produção que casualmente tenha e para satisfazer a sua necessidade individual através do intercâmbio. Nenhum deles sabe qual a quantidade do seu artigo que chega ao mercado, quanto dele se necessita e usa realmente; ninguém sabe se o seu próprio produto vai encontrar uma necessidade real, se vai conseguir cobrir custos e nem sequer se vai conseguir vender-se. Reina a anarquia na produção social. Mas a produção de mercadorias, como qualquer outra forma de produção, tem as suas leis características, inerentes e inseparáveis, e essas leis impõem-se apesar da anarquia, na anarquia e através da anarquia. Estas leis manifestam-se na única forma de conexão social que subsiste, ou seja, o intercâmbio, e impõem-se ao produtor individual sob formas de leis constrictivas da competência. As leis são ao início desconhecidas para esses produtores e eles vão-nas descobrindo paulatinamente graças a uma larga experiência. O produto domina os produtores.

Na sociedade medieval, nomeadamente na dos primeiros séculos, a produção orientava-se essencialmente pelo próprio uso. Satisfazia principalmente e quase só as necessidades do produtor e da sua família. Onde existiam relações de dependência pessoal, como era o caso geral no campo, a produção contribuía também para satisfazer as necessidades dos senhores feudais. Com tudo isto, não havia nenhum intercâmbio e por isso os produtos não tomavam a forma de mercadorias. A família do camponês produzia assim quase tudo o que necessitava: roupas e móveis, bem como produtos alimentícios e de subsistência. Só quando se produzia um excedente sobre o seu próprio consumo e sobre a prestação em género devida ao senhor feudal é que a família camponesa também produzia mercadorias; na verdade, este excedente, lançado no intercâmbio social e oferecido em venda convertia-se em mercadoria. Os artesãos urbanos tiveram desde cedo que produzir para o intercâmbio. Mas eles também conseguiam por si mesmos a maior parte daquilo que necessitavam, eles tinham hortas e pequenas parcelas de terra; enviavam o seu gado para os pastos comunais e obtinham madeira e lenha para diversos fins nos bosques comunais; as mulheres teciam o linho, a lã, etc. A produção com objectivos de intercâmbio, a produção de mercadorias estava assim a dar os seus primeiros passos. É daqui que advém a limitação do intercâmbio, do mercado, a estabilidade do modo de produção, a exclusão da integração daquilo que vem de fora e a integração local daquilo que se encontra no interior da marca, [\*] do campo, do grémio ou da cidade.

---

[\*] Sobre esta forma de organização rural, Engels escreveu um artigo que publicou em “A evolução do socialismo da utopia á ciência. Trata-se provavelmente de um esboço incompleto, ou pelo menos mais reduzido do que o projecto inicial.

Mas com a ampliação da produção mercantil, e nomeadamente com a aparição do modo capitalista de produção, as leis de produção de mercadorias, ou mercantis, que até então

tinham permanecido sobretudo na sombra, entraram em acção de forma mais aberta e poderosa. As antigas associações integradoras desintegraram-se, derrubaram-se as velhas fronteiras que isolavam as comunidades, e os produtores transformaram-se progressivamente em produtores de mercadorias individuais e independentes. Mas o instrumento capital com o qual o modo de produção capitalista intensificou a anarquia da produção social era precisamente o oposto dessa mesma anarquia, a saber: a crescente organização da produção como actividade social em cada estabelecimento. Com isto, a antiga e pacífica estabilidade terminou. Quando esta organização da produção se introduzia num ramo da indústria, ela não tolerava nenhum outro método de exploração junto de si. Quando se apoderou do artesanato, aniquilou a sua antiga natureza. O campo de trabalho tornou-se num campo de batalha. Os grandes descobrimentos geográficos e as colonizações que se lhes seguiram multiplicaram as possibilidades de saída das mercadorias e aceleraram a transformação do artesanato em manufactura. E não apenas estalou a guerra entre os diversos produtores locais: as lutas locais cresceram até dar lugar a lutas nacionais e ás guerras comerciais dos séculos XVII e XVIII. A grande indústria e o estabelecimento do mercado mundial universalizaram esta luta e conferiram-lhe ao mesmo tempo uma violência inaudita. O benefício concedido pelas condições de produção naturais ou criadas decidia a existência dos diversos capitalistas, bem como de indústrias inteiras ou até de países inteiros. Aqueles que perdem são eliminados sem compaixão. Esta é a luta Darwinista pela existência individual, transferida da natureza para a sociedade de forma brutal. A atitude natural dos animais é assim apresentada como o ponto culminante da evolução humana. A contraposição entre produção social e apropriação capitalista reproduz-se *como contraposição entre a organização da produção em cada fábrica e a anarquia da produção na sociedade no seu conjunto.*

Nestas duas formas de se manifestar a contradição que lhe é imanente, move-se o modo de produção capitalista, descrevendo cegamente aquele “círculo vicioso” que Fourier já tinha descoberto. Mas aquilo que na sua época Fourier não podia ainda observar é que esse círculo vicioso se vai estreitando progressivamente, que o movimento é em forma de espiral e que tem de alcançar o seu final com a colisão dos centros, tal como sucede com os planetas. A força impulsionadora da anarquia social da produção, que converte progressivamente em proletários a grande maioria das pessoas, e estas mesmas massas proletárias, terminarão finalmente com a anarquia da produção. É também essa força impulsionadora da anarquia da produção social a que transforma a infinita capacidade de aperfeiçoamento das máquinas da grande indústria numa necessidade incontornável para todos os capitalistas industriais, obrigando-os a aperfeiçoarem constantemente a sua maquinaria sob pena de sucumbirem. Mas o aperfeiçoamento da maquinaria significa a redundância do trabalho humano. Se a introdução e o aumento da maquinaria supõem a substituição de milhões de trabalhadores manuais por uns poucos trabalhadores mecânicos, o aperfeiçoamento da maquinaria significa expulsão dos próprios operários mecânicos, e, em última instância, a criação de um número de trabalhadores assalariados disponíveis superior á necessidade média do capital de empregar assalariados, a criação daquilo que já em 1845 [\*] eu chamei de exército industrial de reserva, disponível para os momentos nos quais a indústria trabalha com todo o vigor, mas em que está condenada a sucumbir devido ao inevitável e necessário *crack*, e sempre ás custas da classe trabalhadora na sua luta pela existência contra o capital, ao mesmo tempo que se regula a

manutenção dos salários nos níveis baixos adequados á necessidade capitalista. Assim ocorre, para usar as palavras de Marx, que a maquinaria se converte no meio mais potente da guerra do capital contra a classe operária, que o meio de trabalho arranca constantemente ao trabalhador o pão das suas mãos e que o próprio produto do trabalhador se converte num instrumento de opressão. Por isso sucede que a economização dos meios de trabalho se transforma numa delapidação descontrolada da força de trabalho e numa destruição dos pressupostos normais da função do trabalho; que a maquinaria, o meio mais eficaz para reduzir o tempo de trabalho, se transmuta no meio infalível de converter a vida inteira do trabalhador e da sua família em tempo de trabalho disponível para a valorização do capital; assim sucede que o esgotamento laboral de uns é o pressuposto da falta de trabalho de outros, e que a grande indústria que percorre a terra em busca de novos consumidores limita no seu próprio país o consumo das massas a um mínimo de fome, minando assim o próprio mercado interno.

---

[\*] *Die Lage der arbeitenden Klasse in England*; “A situação da classe trabalhadora em Inglaterra”, pág. 109.

“A lei segundo a qual o sobrepovoamento relativo, o exército industrial de reserva, se encontra sempre em equilíbrio com a dimensão e a energia da acumulação capitalista amarram o trabalhador ao capital de forma mais firme do que as cadeias de Hefesto alguma vez conseguiram amarrar Prometeus á rocha. Esta lei determina uma acumulação da miséria que corresponde á acumulação do capital. A acumulação de riqueza é, pois, simultaneamente, acumulação de miséria, tortura laboral, ignorância, bestialidade e degradação moral no seu contrapólo, ou seja, na classe *que produz o seu próprio produto em forma de capital.*” (Marx, *El Capital*, pág. 671). Esperar do modo de produção capitalista outra distribuição dos produtos é o mesmo que exigir que os eléctrodos de uma bateria deixem de electrolisar a água quando estão ligados a ela, e que se deixe de obter num dos pólos oxigénio e no outro hidrogénio.

Vimos como através da anarquia da produção social, a capacidade de aperfeiçoamento da máquina moderna se converte, para o capitalista industrial, numa necessidade incontornável de aperfeiçoar a sua própria maquinaria, de aumentar constantemente a sua capacidade de produção. A mera possibilidade de aumentar o seu âmbito de produção converte-se para ele numa necessidade do mesmo tipo. A enorme força de expansão da grande indústria, frente á qual a dos gases é uma mera brincadeira de crianças, manifesta-se agora como uma *necessidade* qualitativa e quantitativa de expansão, a qual se impõe a qualquer contra pressão. A contra pressão é o consumo, a saída de produtos, o mercado dos produtos da grande indústria. Mas a capacidade de expansão dos mercados, tanto a extensiva como a intensiva, encontra-se dominada por leis muito diferentes e de acção menos enérgica. A expansão dos mercados não pode produzir-se ao ritmo da expansão da produção. A colisão é inevitável, e como não se pode conseguir nenhuma solução enquanto não se ultrapasse o próprio modo de produção capitalista, as colisões tornam-se periódicas. A produção capitalista origina um novo “círculo vicioso”.

Desde 1825, a data na qual estalou a primeira crise geral, todo o mundo industrial e comercial, a produção e o intercâmbio de todos os povos civilizados e dos seus apêndices mais ou menos bárbaros são estilhaçados cerca de 10 em 10 anos. O tráfego e o comércio ficam bloqueados, os mercados saturam-se, os produtos armazenam-se massivamente sem qualquer esperança de venda, o dinheiro torna-se invisível, desaparece o crédito, param as fábricas, as massas trabalhadoras sentem a falta até de alimentos por terem produzido demasiado, uma falência segue a outra e o mesmo ocorre com as execuções forçadas de bens. Esta situação de bloqueio dura anos, as forças produtivas e os produtos desperdiçam-se em massa e destroem-se até que as massas de mercadorias acumuladas se vão vendendo lentamente após uma desvalorização maior ou menor, e a produção e o intercâmbio voltam paulatinamente a funcionar. A marcha acelera-se então progressivamente e passa a trote; o trote industrial torna-se galope e este volta a culminar num curso de velocidade totalmente livre, num completo *steep-chase* (percurso de obstáculos) industrial, comercial, creditício e especulativo, para chegar finalmente, após os saltos mais audazes, ao abismo de um outro *crack*. E assim sucessivamente. Desde 1825, já vivemos tudo isto 5 vezes e estamos a experimentá-lo de novo neste momento (1877) pela sexta vez. O carácter destas crises é tão claro que já Fourier as descreveu qualificando-as como *crise plétorique*, crises plétóricas ou de abundância.

A contradição entre produção social e apropriação capitalista irrompe com grande violência durante as crises. A circulação de mercadorias interrompe-se momentaneamente; o meio de circulação, o dinheiro, converte-se em obstáculo da mesma; invertem-se todas as leis de produção e de circulação de mercadorias. A colisão económica alcançou o seu ponto culminante: *o modo de produção rebela-se contra o modo de intercâmbio, e as forças produtivas rebelam-se contra o modo de produção do qual nasceram e ao qual já estão a ultrapassar.*

O feito de que a organização social da produção dentro da fábrica se desenvolveu a um ponto no qual se tornou incompatível com a anarquia da produção na sociedade, que existe juntamente com essa mesma organização e através dela, revela-se aos olhos dos próprios capitalistas através da poderosa concentração de capitais que tem lugar durante a crise graças á ruína de muitos grandes e pequenos capitalistas. Todo o mecanismo do modo de produção capitalista fracassa sob a pressão das forças produtivas engendradas por ele próprio. Esse mecanismo não consegue já converter em capital todas essas massas de meios de produção, que sucumbem. Por esta razão, ele não pode sequer tirar proveito do exército industrial de reserva. Os meios de produção, alimentos, trabalhadores disponíveis, todos os elementos da produção e da riqueza em geral encontram-se nesse momento á disposição e em superabundância. Mas a “abundância torna-se em fonte de miséria e de escassez” (Fourier), porque essa superabundância é precisamente a que se torna num obstáculo á transformação dos meios de produção e de vida em capital. De facto, na sociedade capitalista os meios de produção não podem entrar em actividade a menos que se tornem antes em capital e em meios de exploração da força de trabalho humana. A necessidade de que o capital possua os meios de produção e de vida intromete-se sempre entre eles e os trabalhadores, tal e qual um fantasma. E essa necessidade impede que as alavancas materiais e pessoais da produção coincidam: ela é a única coisa que proíbe que os meios de produção funcionem adequadamente e que os

trabalhadores vivam e trabalhem. Assim, por um lado, o modo de produção capitalista encontra-se em crise perante a demonstração da sua própria incapacidade para continuar a administrar aquelas forças de produção. Por outro lado, essas forças produtivas pressionam cada vez mais intensamente em favor da superação e abolição dessa contradição, em favor da sua própria libertação da sua condição de capital em benefício *do reconhecimento efectivo do seu carácter de forças produtivas sociais*.

Essa contradição das forças produtivas em constante crescimento contra a sua condição de propriedade do capital, essa crescente constrição de reconhecimento da sua natureza social obriga a própria classe dos capitalistas a tratá-las cada vez mais como forças produtivas sociais dentro daquilo que é possível na sociedade capitalista. Tanto o período da alta pressão industrial, com a sua inflação de crédito ilimitada, como o próprio crack, devido á destruição de grandes estabelecimentos capitalistas, promovem aquela forma de socialização das grandes massas dos meios de produção que se nos apresenta nos diversos tipos de sociedades por acções. Alguns desses meios de produção, de tráfego e de comércio são já tão colossais que, como sucede com os caminhos-de-ferro, excluem qualquer outra forma de exploração capitalista. Mas chegados a um certo nível de desenvolvimento, já não basta sequer esta forma: o representante oficial da sociedade capitalista – que é o Estado – vê-se a assumir a direcção da produção. [\*] Esta necessidade de transformação em propriedade do Estado surge antes de mais nas grandes organizações de tráfego e de comércio: os correios, o telégrafo, os caminhos-de-ferro.

Se as crises deixam a descoberto a incapacidade da burguesia para continuar a administrar as modernas forças produtivas, a transformação das grandes organizações de produção, de tráfego e de comércio em sociedades por acções e em propriedade do Estado mostra que a burguesia não é já imprescindível para a realização daquela tarefa. Todas as funções sociais dos capitalistas são já desempenhadas por funcionários a soldo. O capitalista já não tem que fazer nada mais do que receber lucros, cortar cupões e apostar na bolsa, na qual os diversos capitalistas arrebatam os seus capitais uns aos outros. Se o modo de produção capitalista substituiu primeiro os trabalhadores, agora está a fazer o mesmo com os capitalistas, lançando-os para as fileiras da população supérflua, apesar de ainda não os ter lançado para o exército industrial de reserva.

Mas nem a transformação em sociedades por acções nem a transformação em propriedade do Estado suprime a propriedade do capital sobre as forças produtivas. No caso das sociedades por acções, isto é óbvio. E o Estado moderno, pela sua parte, não é mais do que a organização usada pela burguesia para sustentar as condições externas gerais do modo de produção capitalista contra os ataques dos trabalhadores ou dos capitalistas individuais.

---

[\*] Digo que se vê *obrigado*. Pois apenas quando os meios de produção, de tráfego e/ou de comércio deixaram realmente de poder ser dirigidos por sociedades anónimas, apenas quando a estatização se tornou economicamente inevitável é que esta medida representa um progresso económico apesar de ser o actual estado quem a realiza: significa a prossecução de uma nova fase prévia á tomada de posse de todas as forças produtivas pela própria sociedade. Mas recentemente, desde que Bismarck se dedicou a estatizar,

tem-se produzido um certo falso socialismo – que nalguns casos já degenerou em submissão ao actual estado de coisas – para o qual toda a *estatização*, incluindo a bismarckiana, é socialista. A verdade é que se a estatização do tabaco fosse socialista, então Napoleão e Metternich deveriam contar-se entre os fundadores do socialismo. Quando o estado Belga constrói os seus próprios caminhos-de-ferro por motivos políticos e financeiros bastante banais, ou quando Bismarck estatizou sem nenhuma necessidade económica as principais linhas férreas da Prússia simplesmente para as ter melhor preparadas para a guerra e poder aproveitá-las militarmente, bem como para educar os funcionários dos caminhos-de-ferro para serem apoiantes eleitorais do governo e para procurar uma nova fonte de rendimentos independente das decisões do parlamento; em nenhum destes casos se deram, directa ou indirectamente, passos socialistas. Se estes o fossem, também seriam instituições socialistas a Real Companhia de Navegação, as Reais Manufacturas de Porcelana e até os alfaiates de companhia do exército.

O Estado moderno, qualquer que seja a sua forma, é uma máquina essencialmente capitalista, é um Estado dos capitalistas: ele é o capitalista total e ideal. Quanto mais forças produtivas ele assume e controla, tanto mais capitalista se torna e mais cidadãos explora. Os operários continuam a ser assalariados, proletários. Não apenas não se supera a relação capitalista como esta ainda se exacerba mais. Mas num ápice se produz a mudança. A propriedade estatal das forças produtivas não é a solução do conflito, mas leva já em si o meio e o mecanismo da sua solução.

Essa solução não pode consistir senão em reconhecer efectivamente a natureza social das modernas forças produtivas, ou seja, em colocar o modo de apropriação e de intercâmbio em harmonia com o carácter social dos meios de produção. E isto não se pode fazer sem se admitir que a sociedade tome posse directa e aberta sobre as forças produtivas que recusam já qualquer outro controle que não seja o da própria sociedade. Com isto, o carácter social dos meios de produção e dos produtos – que hoje se vira contra os próprios produtores, rompe periodicamente o modo de produção e de intercâmbio e se impõe como cega lei natural de forma solitária, violenta e destrutiva – será utilizado com plena consciência pelos produtores e transformar-se-á de causa de perturbação e de caos periódico na mais poderosa alavanca de produção.

As forças activas na sociedade trabalham da mesma forma que as forças da natureza – de maneira cega, violenta e destruidora – enquanto não as compreendermos nem aprendermos a lidar com elas. Mas quando as tenhamos compreendido, bem como a sua actividade, tendência, efeitos, então já só dependerá de nós submetê-las progressivamente á nossa vontade e alcançar os nossos propósitos através delas. Isto vale muito especialmente para as actuais gigantescas forças produtivas. Enquanto nos neguemos tenazmente a entender a sua natureza e o seu carácter – e tanto o próprio modo de produção capitalista como os seus defensores negam energicamente essa compreensão – essas forças exercerão os seus efeitos apesar da nossa vontade, contra a nossa vontade e vão dominar-nos tal como já explicámos detalhadamente. Mas uma vez que a sua natureza seja compreendida, elas podem deixar de ser senhoras demoníacas para passarem a ser servidoras eficazes nas mãos dos produtores. Esta é a diferença entre o poder destruidor da electricidade no raio da tempestade e a electricidade dominada do telégrafo e do arco voltaico; esta é a diferença entre o incêndio e o fogo que actua ao serviço do homem. Com este tratamento das actuais forças produtivas segundo a sua natureza finalmente descoberta, surge no lugar da anarquia da produção uma regulação individualmente planeada da mesma segundo as necessidades da colectividade e de cada

indivíduo; assim, o modo capitalista de apropriação, no qual o produto escraviza primeiro o produtor e depois aquele que se apropria dele, é substituído pelo modo de apropriação dos produtos fundado na própria natureza dos modernos meios de produção: por um lado, uma apropriação directamente social como meio para a sustentação e aplicação da produção; por outro lado, a apropriação directamente individual como meio de vida e de desfrute.

Ao converter cada vez mais a maioria da população em proletários, o modo de produção capitalista cria a força obrigada a realizar essa transformação, sob pena de perecer. Ao caminhar em direcção á transformação dos grandes meios de produção social em propriedade do Estado, o modo de produção capitalista mostra ele mesmo o caminho para realizar esta transformação. *O proletariado toma o poder de Estado e transforma primeiro os meios de produção em propriedade estatal.* Mas com isto ele supera-se a si mesmo enquanto proletariado, ele supera todas as diferenças e contraposições de classe e até mesmo o Estado enquanto Estado. A sociedade existente até hoje, que se tem movido em contraposições de classe, necessitava do Estado – isto é, de uma organização da classe exploradora que consiga manter em cada circunstância as condições externas de produção, ou seja, para através da violência manter a classe explorada nas condições de opressão ditadas pelo modo de produção (escravidão, servidão da gleba ou vassalagem, trabalho assalariado). O Estado era o representante oficial de toda a sociedade, ele era a sua corporização; mas não o era senão na medida em que era o Estado daquela classe que representava na sua época toda a sociedade: na Antiguidade ele foi o Estado dos cidadãos escravagistas; na Idade Média, foi o Estado da nobreza feudal; no nosso tempo, é o Estado da burguesia. Ao tornar-se finalmente no verdadeiro representante de toda a sociedade, o Estado torna-se supérfluo. Quando deixar de haver uma classe que tenha de ser mantida na opressão, quando o domínio de classe e a luta pela existência individual condicionada pela actual anarquia da produção fizerem desaparecer os antagonismos, as colisões e os excessos que emanam de tudo isto, já não haverá mais nada para reprimir que torne necessário a existência de um poder repressivo de Estado. O primeiro acto pelo qual o Estado aparece realmente como representante de toda a sociedade – a tomada de posse dos meios de produção em nome da sociedade – é ao mesmo tempo o seu último acto independente enquanto Estado. A intervenção de um poder estatal nas relações sociais vai tornar-se progressivamente supérflua num âmbito após o outro e acaba por se terminar a si mesma. Em vez do governo sobre as pessoas surgirá a administração das coisas e a direcção dos processos de produção. O Estado não se “abole”, mas vai *desaparecendo*.

De acordo com este princípio, é possível entender o valor da fraseologia que fala acerca de um “Estado livre e popular” tanto desde o ponto de vista do seu uso por uns quantos agitadores como desde o ponto de vista da sua definitiva insuficiência científica, e também graças a este critério podemos avaliar as exigências e reclamações dos chamados anarquistas que querem suprimir o Estado de um dia para o outro.

A tomada de posse de todos os meios de produção pela sociedade foi sempre mais ou menos clara como ideal de futuro para muito indivíduos e para seitas inteiras desde o aparecimento histórico do modo capitalista de produção. Mas essa ideia não podia

converter-se em necessidade histórica antes de se terem reunido as condições materiais da sua realização. Como sucede com todos os progressos sociais, este não se torna mais viável só porque se compreendeu que a existência das classes contradiz a justiça, a igualdade, etc. nem pela mera vontade de suprimir essas classes, mas sim graças a certas novas condições económicas. A divisão da sociedade numa classe exploradora e noutra explorada, numa classe dominante e noutra dominada foi consequência necessária do escasso desenvolvimento da produção. Enquanto o trabalho social total não conseguir mais do que frutos reduzidos e limitados que superem pouco o exigido para a existência mais modesta de todos os membros da sociedade, ou seja, enquanto o trabalho ocupar todo ou quase todo o tempo da grande maioria dos membros da sociedade, esta divide-se necessariamente em classes. Juntamente com essa grande maioria exclusivamente dedicada ao trabalho constitui-se uma classe livre do trabalho directamente produtivo e que se ocupa dos assuntos colectivos da sociedade: da direcção do trabalho, dos assuntos do Estado, da justiça, da ciência, das artes, etc. O que subjaz á divisão em classes é a lei da divisão do trabalho, a qual não obsta a que essa divisão de classes se imponha através da violência e da espoliação, da astúcia e do engano; nem a que a classe dominante, uma vez no poder, consolide sistematicamente o seu domínio á custa da classe trabalhadora e transforme a direcção da sociedade na exploração pura e simples das massas.

Mas se daqui se conclui que a divisão em classes possui uma certa justificação histórica, esta só vale para uma determinada época, para determinadas condições sociais. A divisão em classes baseou-se na insuficiência da produção e será varrida pelo desenvolvimento completo das forças produtivas modernas. A supressão das classes sociais tem efectivamente como pressuposto um nível de desenvolvimento histórico no qual não apenas a existência desta ou daquela classe dominante mas de todas as classes em geral e das diferenças entre elas serão um anacronismo, algo antiquado. Isto tem como pressuposto um elevado grau de desenvolvimento da produção no qual a apropriação dos meios de produção e dos produtos de uma determinada classe social – e com ela o poder político, o monopólio sobre a instrução e a direcção intelectual exercida por essa classe – se tenha tornado não apenas supérflua mas também num obstáculo ao desenvolvimento económico, político e intelectual. Já chegámos a este ponto. Enquanto a falência política e intelectual da burguesia já só é um segredo para ela mesma, a sua falência económica repete-se regularmente a cada dez anos. Em cada crise, a sociedade afoga-se debaixo do peso exuberante das suas próprias forças produtivas e dos seus produtos, inutilizáveis umas e outros, e encontra-se perplexa diante da absurda contradição de que os produtores não tenham nada para consumir precisamente porque faltam consumidores. A força expansiva dos meios de produção rompe as cadeias impostas pelo modo de produção capitalista. A sua libertação dessas cadeias é o único pressuposto para um desenvolvimento ininterrupto, para um progresso cada vez mais rápido das forças produtivas e, portanto, para um aumento praticamente ilimitado da própria produção. Mas isto não é tudo. A apropriação social dos meios de produção elimina não apenas as actuais restrições artificiais da produção, mas também o desperdício e a destruição das forças produtivas e dos produtos que são hoje em dia os companheiros inevitáveis da produção e que alcançam o seu ponto culminante com a crise. Além disto, esta socialização coloca á disposição da comunidade uma massa de meios de produção e de produtos ao eliminar os desperdícios insensatos em luxos feitos pelas classes dominantes

e pelos seus representantes políticos. Graças á produção social e á socialização, a possibilidade de assegurar a todos os membros da sociedade uma existência não apenas suficiente do ponto de vista material, mas que, ao tornar-se mais completa a cada dia que passa, garanta a todos a sua formação livre e plena, bem como o exercício de todas as suas faculdades físicas e intelectuais, existe hoje pela primeira vez; de forma incipiente, mas *existe*. [\*]

Com a tomada de posse dos meios de produção pela sociedade elimina-se a produção mercantil e, com ela, o domínio do produto sobre o produtor. A anarquia no seio da produção social é substituída pela organização consciente e planeada. Termina a luta pela existência individual. Com isto, em certo sentido, o homem afasta-se e separa-se definitivamente do reino animal, e passa das condições de existência animais a outras realmente humanas. O cerco das condições de existência que até agora dominaram os homens cai e fica sob o domínio e o controlo destes, os quais se tornam pela primeira vez conscientes do seu poder e domínio sobre a natureza na medida em que se tornam nos senhores da sua própria organização social. Os homens aplicam agora e dominam com pleno conhecimento as leis da sua própria acção social, ás quais dantes enfrentavam como sendo leis naturais estranhas a eles e que os dominavam. A própria organização social dos homens, que dantes era uma necessidade imposta pela natureza e pela história, tornou-se agora no resultado da sua própria acção livre. As forças objectivas e externas que até agora dominaram a história ficam sob o controlo dos próprios homens. A partir deste momento, os homens farão a sua história com plena consciência; a partir deste momento, eles irão controlar e dominar cada vez mais as causas sociais que eles coloquem em movimento de forma a obterem os efeitos e resultados que desejem. É a passagem da humanidade do reino da necessidade para o reino da liberdade.

A missão histórica do proletariado moderno consiste em levar a cabo esta acção de libertação universal. A tarefa da expressão teórica do movimento proletário, a tarefa do socialismo científico é descobrir as condições históricas e a natureza desta acção e, com isso, munir a classe hoje oprimida com consciência e conhecimento acerca das condições e da natureza da sua própria tarefa.

---

[\*] Alguns números bastam para dar uma ideia aproximada da enorme força expansiva dos modernos meios de produção, mesmo sob a opressão capitalista. Segundo as recentes estimativas de Giffen, a riqueza total da Grã-bretanha e Irlanda em números redondos era a seguinte:

Em 1814: 2.200 milhões de libras esterlinas.

Em 1865: 6.100 milhões de libras esterlinas.

Em 1875: 8.500 milhões de libras esterlinas.

Devido á destruição dos meios de produção e dos produtos durante as crises, no segundo congresso dos industriais Alemães, celebrado em Berlim no dia 21 de Fevereiro de 1878,

calculou-se que a perda total apenas da *indústria metalúrgica Alemã* durante o último *crack* foi de 455 milhões de marcos.

## CAPÍTULO III – PRODUÇÃO

Após tudo o que foi dito, não pode surpreender o leitor que a exposição dos traços fundamentais do socialismo dada no capítulo anterior não esteja de todo em concordância com as posições do senhor Dühring. Pelo contrário. O senhor Dühring não tem outro remédio para além de as atirar para o abismo juntamente com todos os outros “bastardos da fantasia histórica e lógica”, as “concepções grosseiras” e “as ideias confusas e nebulosas”, etc. Pois para ele o socialismo não é de todo um resultado necessário do desenvolvimento histórico, e ainda menos das condições económicas do presente, grosseiramente materiais e orientadas para a satisfação do estômago. Ele já sabe tudo muito melhor. O seu socialismo é uma verdade definitiva de última instância: é “o sistema natural da sociedade” e tem as suas raízes “num princípio de justiça universal”, e apesar de esse socialismo não ter outro remédio para além de tomar em conta a actual situação, criada pela anterior história perversa, com o objectivo de a melhorar, isto é certamente uma desgraça do ponto de vista do puro princípio da justiça. O senhor Dühring compõe o seu socialismo, como tudo o resto, através dos seus famosos dois homens. Estas duas marionetas, em vez de se porem, como até agora, a representar os papéis de senhor e de servo, representam uma vez, e para variar, a comédia da equiparação, e com isto fica pronto o fundamento do socialismo dühringiano.

É portanto evidente que o senhor Dühring não concede às crises industriais a importância histórica que lhes atribuímos:

As crises são para ele meros desvios ocasionais á “normalidade”, elas limitam-se a proporcionar uma ocasião para o “desenvolvimento de uma ordem mais regulada”. O “modo habitual” de explicar as crises de superprodução não satisfaz a sua concepção mais exacta. É certo que tal explicação se pode admitir para crises especiais em certos âmbitos”. Assim, por exemplo, “uma crise pletórica no mercado da livraria causada pelas edições de obras cujos direitos autorais cessaram e que estão aptas para a venda em massa.”

O senhor Dühring pode ficar de consciência tranquila: as suas obras imortais não produzirão nunca essa catástrofe universal.

Mas nas grandes crises não é a sobreprodução, mas sim o “atraso do consumo popular ... o sub consumo artificialmente engendrado...a interferência com o crescimento natural das *necessidades populares (!)* que tornam no final o abismo entre o armazenamento e a venda dos produtos tão grande.” [\*]

E ele até conseguiu um discípulo que segue esta sua teoria das crises.

Mas o facto é que o sub consumo das massas, a limitação do consumo destas ao imprescindível para o sustento e a reprodução não é algo novo. Sempre existiu desde que há classes exploradoras e exploradas. Mesmo durante os períodos históricos nos quais a situação das massas foi especialmente favorável, como por exemplo na Inglaterra do

século XV, mesmo então elas estavam numa situação de sub consumo. Elas encontravam-se muito longe de poderem dispor do seu próprio produto anual para o consumirem. Assim, o sub consumo é um facto histórico constante desde há milénios, enquanto o bloqueio geral da saída das mercadorias que se produz durante as crises como consequência do excesso de produção não é visível senão desde há cinquenta anos, e por isso as banalidades económicas do senhor Dühring são necessárias para explicarem a nova colisão não através do *novo* fenómeno da superprodução, mas sim através do sub consumo que tem milénios de idade. É como se um matemático tentasse explicar a variação do *ratio* entre duas quantidades, uma fixa e outra variável, não através do facto de que a variável variou, mas sim através do facto de que a constante / fixa continua a ser idêntica ao que sempre foi. O sub consumo das massas é uma condição necessária de todas as formas de sociedade baseadas na exploração e, portanto, também da sociedade capitalista; mas apenas a forma capitalista de produção torna esse sub consumo num elemento de uma crise. O sub consumo das massas é, por isso, também uma condição das crises, e desempenha nelas um papel já há muito conhecido; mas informa-nos tão pouco acerca das causas da actual existência das crises como acerca das causas da sua anterior inexistência.

O senhor Dühring possui em peral noções muito curiosas acerca do mercado mundial. Vimos como tenta imaginar verdadeiras crises especiais da indústria, tal como um típico letrado Alemão, através de crises imaginárias da feira do livro de Leipzig, o que equivale a tentar compreender uma tempestade no mar observando atentamente uma tormenta num copo de água. Também imagina que a actual produção tem que “depende no seu mercado principalmente *dos círculos das próprias classes proprietárias*”, o que não o impede, apenas 16 páginas depois, de apresentar como indústrias modernas decisivas as do ferro e do algodão, ou seja, precisamente os dois ramos da produção cujos produtos são consumidos pelas classes proprietárias em quantidades diminutas e que se orientam necessariamente e sobretudo ao consumo maciço. Procuremos o que procuremos, não encontramos no senhor Dühring mais do que conversa fiada vazia e contraditória. Mas tomemos como exemplo a indústria do algodão. Quando na solitária cidade de Oldham — que é uma cidade relativamente pequena, uma da dúzia de cidades de 50.000 a 100.000 habitantes da zona de Manchester que se dedicam á indústria algodoeira — o número de fusos dedicados exclusivamente a produzir fios nº 32 passou em quatro anos, entre 1872 e 1875, dos dois milhões e meio para os cinco milhões, de modo que numa só

[\*] Todos os itálicos nos textos de Dühring são de Engels.

cidade média de Inglaterra existem tantos fusos fiando fios de um só número quantos possui a indústria algodoeira na Alemanha, incluindo a Alsácia, e quando a expansão dos outros ramos e localidades da indústria algodoeira Inglesa e Escocesa sucedeu numa proporção sensivelmente igual, faz falta uma grande dose de teimosia radical para explicar o presente colapso da venda do fio de algodão e dos seus tecidos em Inglaterra através do sub consumo das massas Inglesas e não através da superprodução dos fabricantes Ingleses de algodão.[\*]

Mas agora basta. É impossível discutir com gente suficientemente ignorante em economia para considerar a feira do livro de Leipzig como um mercado no sentido da

indústria moderna. Por isso, limitemo-nos a registar que, para além do que já vimos, o senhor Dühring não sabe informar-nos acerca de nada mais sobre as crises, excepto que elas são

---

[\*] A explicação das crises pelo sub consumo procede de Sismondi, e ainda tem um certo sentido na sua obra. Esta ideia foi tomada de Sismondi por Rodbertus, e de Rodbertus copiou-a o senhor Dühring com as suas habituais maneiras banalizadoras.

"Um jogo corrente entre a hipertensão e o relaxe"; que a hiper especulação "não se deve só á acumulação sem planeamento de empresas privadas", mas que também se deve contar com a "precipitação dos empresários particulares e com a falta de prudência privada entre as causas que produzem a super oferta."

Mas qual é a "causa que produz" a precipitação e a falta de prudência privada? Precisamente a falta de planeamento que se manifesta na acumulação sem planeamento das empresas privadas. A tradução inconsciente de um feito económico numa reprovação moral como meio para descobrir uma nova causa é também uma "precipitação" notável.

Deixemos a questão das crises por aqui. Após termos mostrado no capítulo anterior a sua natureza de consequência imediata do modo de produção capitalista e da sua importância como crise desse mesmo modo de produção, como meios constrictivos de transformação social, não precisamos já de opor nem uma palavra ás superficialidades do senhor Dühring sobre este tema. Passemos ás suas criações positivas, ao seu "sistema natural da sociedade".

Este sistema, construído sobre a base de um "princípio de justiça universal", ou seja, livre de toda a consideração relativamente á influência dos factos materiais, consiste numa federação de comunas económicas entre as quais existe "liberdade de movimentos e necessidade de aceitar novos membros segundo determinadas leis e normas administrativas". A comuna económica é sobretudo

"Um amplo esquema de alcance histórico e humano" que é muito superior ás "meias-medidas confusas" de um certo Marx. A comuna económica é "uma comunidade de pessoas que estão ligadas pelo seu direito público de disposição sobre uma porção de terra e sobre um grupo de estabelecimentos de produção, a uma actividade comum e a uma participação comum nos frutos." Este direito público é "um direito sobre a coisa ... no sentido de *uma relação puramente publicista com a natureza* e com as instituições de produção."

Os futuros juristas da comuna económica fritarão os seus cérebros para conseguirem entender o que é que isto quer dizer. Nós renunciamos a fazê-lo e somos informados que

A comuna económica não é de forma alguma o mesmo que "a propriedade corporativa das associações operárias", a qual não excluirá a competência, nem sequer a exploração assalariada.

A propósito afirma-se que

A ideia de uma “propriedade colectiva”, que parece encontrar-se em Marx, é “pelo menos obscura e discutível, pois essa ideia futurista dá sempre a impressão de não significar nada mais do que a propriedade corporativa dos grupos operários.”

Aqui se apresenta de novo essa “vil mania” do senhor Dühring de atribuir falsamente afirmações: “qualidade tão vulgar” (como ele próprio afirma), que apenas “pode qualificar-se com a palavra *vil*”; trata-se de uma falsidade tão injustificada como aquela outra invenção do senhor Dühring segundo a qual a propriedade colectiva é em Marx “tanto propriedade individual como propriedade social”.

Mas uma coisa é já clara: o directo publicista de uma comuna económica sobre os seus meios de trabalho é um direito de propriedade excludente, pelo menos relativamente às outras comunas económicas e também em relação á sociedade e ao Estado.

Mas não possuirá o poder de “ proceder de maneira excludente em relação ao exterior ... pois entre as diversas comunas económicas existe liberdade de movimentos e necessidade de aceitar novos membros segundo determinadas leis e normas administrativas ... analogamente ... àquilo que ocorre com a pertença a uma formação política e com a participação nas competências económicas comunais.”

Assim, haverá comunas económicas ricas e pobres, e a compensação e equilíbrio terão lugar através da passagem em massa da população para as comunas ricas abandonando as comunas pobres. Pois se o senhor Dühring pretende eliminar a concorrência nos produtos entre as diversas comunas por meio de uma organização nacional de comércio, isto não impede que a competição e a concorrência continuem a existir. As coisas são removidas da esfera da concorrência, mas os homens permanecem submetidos a ela.

Mas ainda não compreendemos nada acerca do “direito publicista”. Duas páginas mais á frente, o senhor Dühring explica que:

A comuna económica não abarca “no início, mais do que o âmbito social cujos membros estão unidos num projecto jurídico unitário, e nessa qualidade dispõem de toda a terra, das casas e das instituições de produção.”

Não é, pois, cada comuna que dispõe, mas sim a nação inteira. O “direito público”, o “direito sobre a coisa”, a “relação publicista com a natureza”, etc. não são assim, apenas “no mínimo obscuros e discutíveis”, como se encontram em verdadeira contradição consigo mesmos. De facto, na medida em que cada comuna económica é também um sujeito de direito, “uma propriedade tanto individual como social”, esta última “afirmação confusa e ambígua” não pode, portanto, encontrar-se par além das ideias do senhor Dühring.

Em todo o caso, a comuna económica dispõe dos seus meios de trabalho para a produção. Como se processa essa produção? Por tudo o que o senhor Dühring nos diz, a produção processa-se de forma exactamente igual a antes, com a única diferença de que a comuna aparece no lugar antes ocupado pelos capitalistas. O máximo que nos é dito é que a eleição da profissão a exercer será totalmente livre, e que existirá uma igual obrigação de trabalhar para todos.

A forma fundamental de toda a produção que existiu até hoje é a divisão do trabalho, dentro da sociedade, por um lado, e dentro de cada unidade e estabelecimento de produção, por outro lado. Como se comporta a “socialidade” dühringiana relativamente à divisão do trabalho?

A primeira grande divisão social do trabalho é a separação entre cidade e campo.

Este antagonismo é, segundo o senhor Dühring, “inevitável pela própria natureza das coisas”. Mas “é discutível a ideia de que o abismo entre a agricultura e a indústria ... seja inultrapassável. De resto já existe certa continuidade de interligação que promete aumentar muito no futuro.” Mesmo agora, duas indústrias introduziram-se na agricultura e na empresa agrícola: “sobretudo as destilarias, e em segundo lugar a obtenção de açúcar de beterraba ... a produção de bebidas espirituosas é de tal importância que até agora ela foi subestimada.” E “se fosse possível que, em consequência de algumas descobertas, se constituísse um círculo maior de indústrias para que se produzisse a necessidade de situar as fábricas no campo e de as apoiar directamente na produção de matérias-primas”, assim enfraqueceria a oposição entre cidade e campo, e “conseguir-se-ia os fundamentos mais amplos para o desenvolvimento da civilização.” Mas, para além disto, “uma coisa parecida poderia seguir por outro caminho. Para além das necessidades técnicas, importam cada vez mais as necessidades sociais, e quando estas últimas se tornem decisivas para o agrupamento das actividades humanas, não será já possível descuidar os benefícios que advêm de uma ligação próxima e sistemática entre as ocupações do campo e as realizações do trabalho técnico de transformação.”

E como na comuna económica o que importa são precisamente as necessidades económicas, não há dúvida de que a dita comuna se apressará a apropriar-se dos referidos benefícios provenientes da unificação da agricultura e da indústria de forma plena. Certamente que o senhor Dühring não deixará de nos informar, como é seu costume, acerca da posição da comuna económica perante esta questão, segundo as suas “concepções mais exactas”. Não se deixem enganar os leitores. Os anteriores lugares comuns, limitados e acanhados que não são capazes de ir além das fronteiras espirituosas e açucareiras do direito territorial Prussiano são tudo o que o senhor Dühring tem a dizer-nos acerca da contraposição entre a cidade e o campo no presente e no futuro.

Passemos aos detalhes da divisão do trabalho. Nisto, o senhor Dühring é já mais “exacto”. Ele fala de

“Uma pessoa que tenha de se dedicar *exclusivamente* a um género de actividade.” Se se trata da introdução de um novo ramo de produção, a questão consiste simplesmente em saber se um certo número de *existências* que se devem *dedicar á produção de um só artigo* podem criar-se juntamente com o consumo que lhes é necessário (!). Nenhum ramo da produção requereria muita população na socialidade. E também neste sistema haverá *tipos económicos* de homens “separados e diferenciados segundo o seu modo de vida”.

Segundo isto, na esfera da produção tudo fica praticamente como estava. É certo que na sociedade actual domina uma “falsa divisão do trabalho”; mas em que é que ela consiste e pelo que é que tem de ser substituída na comuna económica, não nos é dito mais do que o seguinte:

Por aquilo que se faz relativamente ás questões da divisão do trabalho, já dissemos antes que se podem considerar liquidadas tendo em conta as várias condições naturais e capacidades pessoais.

E junto a estas capacidades, os gostos pessoais também se devem impor:

"O atractivo das actividades que põem em jogo mais capacidades e mais preparação basear-se-ia exclusivamente na inclinação para a ocupação correspondente e na alegria de *exercer precisamente isso e não qualquer outra coisa.*" [exercer algo!].

E isto vai estimular a competição na socialidade de forma que

A própria produção se mantém interessante, e a empresa que não considera a produção senão como meio de obter lucros deixará de ser o traço dominante da situação.

Em todas as sociedades nas quais a produção se desenvolveu espontaneamente – e a nossa é uma delas – os produtores nunca dominam os meios de produção, mas são estes que os dominam a eles. Numa tal sociedade, cada nova alavanca de produção se torna necessariamente num novo meio de escravização dos produtores aos meios de produção. E isto vale sobretudo para a alavanca de produção que foi a mais poderosa até á introdução da grande indústria, ou seja, a divisão do trabalho. Já a primeira grande divisão do trabalho, a separação entre a cidade e o campo, condenou a população rural a milénios de atraso, e a população urbana á escravidão ao seu próprio comércio individual. Esta separação aniquilou a base do desenvolvimento intelectual de uns e do desenvolvimento físico de outros. Quando o campesinato se apropria da terra e o homem da cidade se apropria do seu ofício, sucede também que a terra se apodera do camponês e o ofício do artesão. Ao dividir-se o trabalho, divide-se também o homem. Todas as outras capacidades físicas e intelectuais se sacrificam ao aperfeiçoamento de uma só actividade. Este feito do homem intensifica-se na mesma medida em que se agudiza a divisão do trabalho, a qual alcança o seu máximo desenvolvimento na manufactura. A manufactura decompõe o trabalho artesanal nas suas diversas operações particulares, encarrega um só trabalhador de cada uma dessas operações enquanto profissão para a vida, e amarra-o assim perpetuamente a uma determinada função parcial e a uma determinada ferramenta. “Isto converte o trabalhador numa aberração incapacitada, pois promove a habilidade nos detalhes ás custas da repressão de todos os impulsos e disposições produtivas ... O mesmo indivíduo divide-se, ele transforma-se em motor automático de um trabalho parcial” (Marx): um motor que muitas vezes não consegue ser perfeito senão graças a uma mutilação do operário em sentido literal, físico e intelectual. A maquinaria da grande indústria causa a degradação do operário relegando-o para um nível inferior ao da máquina, e convertendo-o em mero acessório desta. “A especialização no manejo de uma ferramenta parcial converte-se na eterna especialização em servir a um trabalho parcial. Usa-se e abusa-se da maquinaria para, desde criança, transformar o próprio trabalhador numa parte desse trabalho parcial” (Marx). Mas não apenas os trabalhadores ficam submetidos aos instrumentos da sua actividade por causa da divisão do trabalho, mas também as classes que os exploram directa ou indirectamente: o burguês de espírito vazio está submetido ao seu capital e à sua própria sede por lucros; o jurista ás suas ideias jurídicas mumificadas que o dominam como poder substantivo; as “classes educadas” em geral, ás suas diversas limitações e unilateralidades, á sua cegueira física e intelectual, á

sua degradação provocada por uma educação orientada para a especialização e por amarras perpétuas á sua especialização, mesmo quando esta especialização consiste em não fazer nada (puro ócio).

Os utópicos viam já claramente quais os efeitos da divisão do trabalho, ou seja, a degradação do operário, por um lado, e da própria actividade laboral, por outro lado, sempre limitada á repetição perpétua, monótona e mecânica de um e de outro acto. A superação e abolição da contraposição entre a cidade e o campo é para Fourier, tal como para Owen, a primeira condição básica da superação e abolição da velha divisão do trabalho em geral. Segundo estes dois autores, a população deve distribuir-se pelo país em grupos de 1600 a 3000 seres humanos; cada grupo habita, no centro da sua comuna, um gigantesco palácio em comunidade doméstica. É verdade que Fourier fala de vez em quando acerca de cidades, mas estas seriam apenas quatro ou cinco palácios juntos uns aos outros. Segundo os dois autores, cada membro da sociedade toma parte tanto na agricultura como na indústria; no caso de Fourier, o papel industrial principal é desempenhado pelo artesanato e pela manufactura. Por outro lado, Owen concede este papel á grande indústria e até propõe a introdução do vapor e da maquinaria nas tarefas domésticas. Mas mesmo na agricultura e na indústria, ambos exigem a maior diversidade possível de ocupações para cada indivíduo e, conseqüentemente, a educação da juventude deve ser uma actividade técnica o mais multilateral possível. Segundo estes dois autores, o homem deve desenvolver-se de modo universal mediante uma ocupação prática universal, e o trabalho tem que recuperar o atractivo perdido pela divisão; para isto contribuirá a variedade e a brevidade que corresponderá a cada “sessão” (é esta a expressão de Fourier) dedicada a cada trabalho particular. Os dois chagaram já muito mais além da concepção tradicional do senhor Dühring, que considera que a contraposição entre cidade e campo é inevitável pela natureza das coisas, como se em qualquer situação um certo número de “existências” tivesse de estar condenado a produzir *um* só artigo; esta concepção quer eternizar os “tipos económicos” de homens que se distinguem pelo seu modo de vida e perpetuar a existência de pessoas que se alegram por exercer uma só profissão e mais nenhuma, ou seja, que já desceram tão baixo que se *alegram* com a sua própria escravidão e unilateralidade. Comparado com as ideias básicas até das mais insensatas fantasias do “idiota” Fourier, ou com as ideias mais pobres do “pálido, débil e rude” Owen, o senhor Dühring, ainda totalmente submetido á divisão do trabalho, surge como um anão novato e impertinente.

Ao tornar-se dona de todos os meios de produção para os utilizar e aplicar de forma social e planeada, a sociedade suprime a anterior submissão do homem aos seus próprios meios de produção. Como é óbvio, a sociedade não pode libertar-se sem que cada indivíduo seja libertado. Por isso, o antigo modo de produção tem que se converter radicalmente e, em especial, a velha divisão do trabalho tem que desaparecer. No seu lugar, deve aparecer uma organização da produção na qual, por um lado, nenhum indivíduo possa relegar para os outros a sua participação no trabalho produtivo, essa condição natural da existência humana, e em que, por outro lado, o trabalho produtivo, em vez de ser um meio de escravização, se torne num meio de libertação dos homens ao oferecer a todos os indivíduos a oportunidade para aproveitarem e utilizarem em todos os

sentidos todas as suas capacidades físicas e mentais, deixando assim de ser um fardo para se tornar numa satisfação.

Tudo isto deixou de ser hoje uma mera fantasia, um mero desejo piedoso. Devido ao presente desenvolvimento das forças produtivas, o actual aumento da produção que provém da socialização das forças produtivas conduzirá á eliminação das inibições, barreiras e perturbações nascidas do modo de produção capitalista, do desperdício de produtos e de meios de produção para que, graças a uma participação geral no trabalho, o tempo ocupado por este se possa reduzir a uma duração muito reduzida do ponto de vista dos nossos conceitos actuais.

A superação e abolição da antiga divisão do trabalho nem sequer são exigências que se devam pagar com uma perda de produtividade no trabalho. Pelo contrário. A grande indústria já se tornou numa condição da própria produção. “A operação da máquina supera a necessidade de fixar, á maneira da manufactura, a distribuição dos grupos de operários entre as diversas máquinas, adaptando constantemente os mesmos trabalhadores á mesma função. Como o movimento total da fábrica não parte do operário, mas sim da máquina, é possível organizar uma constante mudança de pessoal sem interrupção do processo laboral ... Por último, a rapidez com a qual o jovem aprende o trabalho com as máquinas elimina igualmente a necessidade de educar uma classe especial de trabalhadores exclusivamente para os trabalhos com as máquinas.” Mas enquanto o modo capitalista de utilizar a máquina tem que continuar a velha divisão do trabalho com as suas particularidades mumificadas, apesar de que estas se terem tornado tecnicamente supérfluas, a própria maquinaria revolta-se contra estes anacronismos. A base técnica da grande indústria é revolucionária. “Através da maquinaria, dos processos químicos e de outros métodos, revolucionam-se constantemente, juntamente com os fundamentos técnicos da produção, as funções dos trabalhadores e as combinações sociais do processo laboral. Assim se revoluciona com a mesma constância a divisão do trabalho no interior da sociedade, e se lança ininterruptamente as massas de capital e de operários de um ramo de produção para os outros. A natureza da grande indústria condiciona portanto a variação do trabalho, o carácter fluido das funções, a mobilidade multilateral do trabalhador ... Vimos com esta contradição absoluta ... se desencadeia no curso ininterrupto do sacrifício da classe operária, no desperdício louco das forças de trabalho e nas destruições causadas pela anarquia social. Este é o seu aspecto negativo. Mas ainda que a variação e mudança de trabalho se impõem hoje em dia apenas como lei natural irresistível munida do efeito destruidor da lei natural que se depara com obstáculos por toda a parte, a grande indústria converte, graças ás suas próprias catástrofes, a variação e mudança de trabalho numa questão de vida ou de morte e, com isso, a maior multilateralidade possível do trabalhador como lei geral da produção, a cuja realização normal devemos adaptar as condições. A grande indústria transforma numa questão de vida ou de morte a necessidade de substituir essa monstruosidade que é a existência de uma população operária de reserva, mantida na miséria á disposição das variáveis necessidades da exploração através da disponibilidade absoluta dos seres humanos para as variáveis exigências do trabalho; a substituição de meros fragmentos do indivíduo que é um mero portador de uma função social de pormenor pelo indivíduo

totalmente desenvolvido para o qual as diversas funções sociais são simplesmente modos de actividade que se alternam” (Marx, *O Capital*).

Ao ensinar-nos a transformar os movimentos moleculares, que podem conseguir-se mais ou menos em todo o lado, em movimento massivos úteis para fins técnicos, a grande indústria libertou em grande medida a produção industrial das suas limitações locais. A força hidráulica era local, mas a do vapor é livre.

Enquanto que a força hidráulica é necessariamente rural, a do vapor não é necessariamente urbana. A sua aplicação capitalista é que a concentrou primordialmente nas cidades, transformando aldeias fabris em cidades industriais. Mas com isto, mina ao mesmo tempo as condições da sua própria exploração. A primeira exigência da máquina a vapor e a necessidade principal de quase todos os ramos da grande indústria é poder contar com água relativamente limpa. Mas a cidade industrial converte todas as águas num líquido hediondo. Por isso, na mesma medida em que a concentração urbana é uma condição básica da produção capitalista, ela também obriga sempre os capitalistas industriais a afastarem-se das grandes cidades que aquela produção criou, e a aproximarem-se da exploração no campo. Este processo pode estudar-se em concreto nos distritos têxteis do Lancashire e do Yorkshire; a grande indústria capitalista engendra ali constantemente novas grandes cidades na sua fuga da cidade para o campo. E coisas análogas ocorrem nos distritos metalúrgicos, nos quais causas em parte diversas produzem os mesmos efeitos.

Este novo círculo vicioso, esta contradição constantemente reproduzida pela indústria moderna também não pode superar-se sem se ultrapassar o seu carácter capitalista. Apenas uma sociedade que faça interpenetrar-se harmoniosamente as suas forças produtivas segundo um plano amplo e único pode permitir que a indústria se estabeleça por toda a terra com a expansão e dispersão que seja adequada ao seu próprio desenvolvimento e à manutenção ou à evolução dos outros elementos da produção.

A superação e abolição da contraposição entre a cidade e o campo não é apenas possível. É já uma necessidade imediata da própria produção industrial, tal como é também da produção agrícola e da saúde pública. Apenas mediante a fusão da cidade e do campo se pode eliminar o actual envenenamento do ar, da água e da terra; apenas assim se consegue que as massas que hoje perecem nas cidades coloquem as suas necessidades fisiológicas naturais ao serviço do cultivo das plantas, em vez de ao serviço da produção de doenças.

A indústria capitalista tornou-se já relativamente independente das limitações locais que emanam da localização da produção das suas matérias-primas. A indústria têxtil trabalha com matérias-primas importadas, especialmente se atendermos aos números oficiais. Os minérios de ferro Espanhóis são trabalhados na Inglaterra e na Alemanha; o cobre Espanhol e Sul-Americano são trabalhados em Inglaterra.

Cada distrito carbonífero proporciona combustível a uma zona industrial situada para além dos seus limites e que aumenta de ano para ano. Por toda a costa Europeia utilizam-

se máquinas a vapor alimentadas pelo carvão Inglês, e às vezes Alemão ou Belga. Mas a sociedade libertada da produção capitalista pode ir muito mais além. Ao engendrar uma linhagem de produtores formados de forma multilateral, que entendem os fundamentos científicos de toda a produção industrial e em que cada um deles seguiu de facto desde o princípio até ao final toda uma série de ramos de produção, aquela sociedade cria uma nova força produtiva que compensará muito o trabalho do transporte das matérias-primas ou dos combustíveis importados desde longe.

A superação e abolição da separação entre a cidade e o campo não é uma utopia, nem sequer relativamente ao feito de que pressupõe uma dispersão o mais uniforme possível da grande indústria por todo o território. É certo que a civilização nos deixou nas grandes cidades uma herança que custará muito tempo e esforços a eliminar. Mas as grandes cidades têm de ser suprimidas e sê-lo-ão apesar deste ser um processo longo e difícil. Quaisquer que sejam os destinos do Império Alemão da Nação Prussiana, [\*1] Bismarck poderá ir para a sua tumba com a consciência orgulhosa de que o seu desejo mais intenso será satisfeito: as grandes cidades desaparecerão. [\*2]

E agora consideremos a ideia infantil do senhor Dühring de que a sociedade pode tomar posse da totalidade dos meios de produção sem mudar radicalmente o antigo modo de produção e, sobretudo, sem suprimir a velha divisão do trabalho; segundo ele, tudo está pronto enquanto “se tomam em conta as disposições naturais e as capacidades pessoais”, mas deixando como sempre as massas escravizadas pela produção de *um* só artigo, “povoações” inteiras absorvidas por um só ramo da produção, e a humanidade dividida, como dantes, num certo número de diversos “tipos económicos” estanques, tais como os de “peão” e de “arquitecto”. A sociedade tem que ser então a dona dos meios de produção na sua totalidade para que cada um continue a ser escravo do seu meio de produção e possa apenas escolher qual o meio de produção do qual quer ser escravo. Considere-se também o modo como o senhor Dühring considera “inevitável pela natureza das coisas” a separação entre a cidade e o campo, sem poder descobrir mais do que um pequeno paliativo nos ramos industriais, especificamente Prussianos, da destilaria de aguardente e da obtenção de açúcar de beterraba; esse paliativo faz com que a dispersão da indústria pelo país dependa de alguns descobrimentos futuros e da *obrigação* imposta às indústrias de se apoiarem na obtenção das matérias-primas – e isto quando as matérias-primas se utilizam hoje a distancias cada vez maiores do seus locais de origem! E o senhor Dühring tenta finalmente cobrir-se com a afirmação de que as necessidades sociais acabarão por impor a união da agricultura e da indústria mesmo *contra* todas as considerações económicas, como se aquela união fosse um sacrifício económico!

[\*1] O Sacro Império Romano da Nação Germânica é como os Alemães chamam aquilo que em Português se costuma chamar Sacro Império Romano-Germânico. O império medieval foi um dos mitos do romantismo Alemão dos princípios do século XIX. Com a paródia “Império Alemão da nação Prussiana”, Engels tocava num ponto sensível para a Alemanha da época: o desassossego que produziu o facto de que a unidade nacional Alemã tenha sido obra das forças e do poder mais retrógrado da Alemanha.

[\*2] O chanceler Bismarck tinha invocado retoricamente terremotos que varreriam as grandes cidades da face da terra.

Certamente que para podermos constatar que os elementos revolucionários que eliminarão a antiga divisão do trabalho, graças á qual existe a separação entre a cidade e o campo, e subverterão toda a produção encontram-se já contidos de forma embrionária nas condições de produção da grande indústria moderna, e para entender que o actual modo de produção capitalista está a impedir o desenvolvimento desses elementos temos que conseguir ver mais longe para além do âmbito de vigência do direito territorial Prussiano, para além da terra na qual a aguardente e o açúcar de beterraba são os dois produtos industriais decisivos e na qual as crises comerciais se podem estudar na feira do livro. Mas para termos esse horizonte mais amplo, temos que conhecer a história e a situação actual da verdadeira grande indústria no país na qual ela tem a sua pátria e que é o único no qual até agora ela conseguiu desenvolver-se de maneira clássica e típica; então não se pensará sequer em conspurcar o socialismo científico moderno nem em rebaixá-lo ao nível do *socialismo especificamente Prussiano* do senhor Dühring.

## CAPÍTULO IV – DISTRIBUIÇÃO

Já vimos que a economia dühringiana se resume á proposição seguinte: o modo de *produção* capitalista é bom e pode continuar, mas o modo de *distribuição* capitalista é mau e tem de desaparecer. Agora sabemos que esta “socialidade” do senhor Dühring é exclusivamente a realização desta proposição de fantasia. Sucedeu, efectivamente, que o senhor Dühring não tem quase nada a objectar ao modo de produção da sociedade capitalista enquanto modo de produção; ele quer manter a velha divisão do trabalho em todos os seus traços essenciais, razão pela qual ele não tem uma palavra a dizer acerca da produção no interior da sua comuna económica. A produção é, certamente, um campo no qual se tratam de coisas muito reais e sólidas, nas quais, portanto, a “fantasia racional” pode dar pouco espaço ao golpe da sua alma livre porque o perigo de se tornar ridículo é demasiado iminente. Diversa coisa ocorre com a distribuição, que na opinião do senhor Dühring não tem relação alguma com a produção, mas determina-se por um simples e puro acto de vontade, ela oferece o campo predestinado para a sua “alquimia social”.

Frente ao mesmo dever de produção ergue-se o mesmo direito a consumir, organizado na comuna económica e na comuna comercial, que abarca grande número das primeiras. O “trabalho intercambia-se aqui... com outro trabalho segundo o princípio do mesmo critério...: Prestação e contraprestação representam aqui uma verdadeira igualdade das quantidades de trabalho.” E precisamente rege esta “equiparação das forças humanas, apesar de alguns indivíduos não terem rendido *absolutamente nada*”; pois toda a actividade, na medida em que requer tempo e forças, pode considerar-se prestação de trabalho – até mesmo jogar á bola ou dar um passeio. Mas este intercâmbio não tem lugar entre os indivíduos a partir do momento no qual a comunidade é proprietária de todos os meios de produção e, portanto, também de todos os produtos; por um lado, ele ocorre entre cada comuna económica e os seus membros individuais, e por outro lado, entre as diversas comunas económicas e comerciais. “Assinaladamente, as diversas comunas económicas substituirão na sua área o comércio por retalho pelas vendas plenamente planeadas.” Assim também se organiza o grande comércio: “O sistema da livre sociedade económica... continua assim a ser uma grande instituição de câmbio cuja execução tem lugar mediante a base monetária dada pelos metais nobres. O nosso esquema diferencia-se de todas as nebulosidades que desfeiam mesmo as formas mais racionais das ideias socialistas que hoje estão em curso precisamente por terem compreendido a inevitável necessidade dessa propriedade básica.”

A comuna económica, enquanto for a primeira que se apropria dos produtos sociais, tem de impor a esse intercâmbio “um preço unitário para cada tipo de artigos” segundo os custos médios de produção. “O que significam hoje valor e preço... os chamados custos próprios da produção ficarão cobertos” na socialidade pela “...estimativa da quantidade de trabalho utilizada. Estes cálculos que, segundo o princípio do direito igual, também se podem concretizar no plano económico para todos com base no número de pessoas utilizadas, vão resultar na relação de preços correspondente tanto á situação natural da produção como ao direito social de exploração. A produção dos metais nobres continuará a ser, como até hoje, decisiva para calcular o valor do dinheiro... De onde se conclui que na nova constituição social não apenas não se perde a base de determinação nem a medida dos valores e das relações nas quais se trocam os produtos, mas também se consegue isto pela primeira vez de forma plena.”

O que quer dizer que finalmente se realizou o célebre “valor absoluto”.

Mas, por outro lado, a comuna tem de possibilitar também que os indivíduos lhe comprem os artigos produzidos ao pagar-lhes, como contraprestação do seu trabalho, uma certa soma diária de dinheiro, semanal ou mensal, a qual deve ser a mesma para todos. “Por isso, desde o ponto de vista da socialidade é indiferente dizer que desapareceu o salário do trabalho ou que o salário tem de ser a única forma de ingresso económico.” Mas os salários iguais e os preços iguais estabelecem a “igualdade quantitativa do consumo, mas não a qualitativa”, e com isto se realizou economicamente o “princípio da justiça universal”.

Acerca da determinação do montante desse salário no futuro, o senhor Dühring apenas nos diz

“Que também aqui, como em todos os outros casos, “troca-se trabalho igual por salário igual. Por seis horas de trabalho paga-se, pois, uma soma de dinheiro que corresponda precisamente a seis horas de trabalho.”

Mas o “princípio da justiça universal” não deve de forma alguma confundir-se com aquele igualitarismo grosseiro que tanto irrita o burguês contra todo o comunismo, especialmente contra o comunismo espontâneo dos trabalhadores. Ele não é tão radical como parece.

A “igualdade de princípio das reivindicações jurídicas e económicas não exclui que se acrescente *voluntariamente* ao que exige a justiça uma expressão de especial honra e reconhecimento...A sociedade *honra-se a si mesma* ao condecorar e premiar os mais produtivos ao oferecer-lhes *um moderado acréscimo de possibilidades de consumo*.”

E o senhor Dühring honra-se a si mesmo ao preocupar-se tão comoventemente, com uma mistura de inocência macia e de astúcia de serpente, com o moderado acréscimo de consumo dos Dührings do futuro.

Com isto, suprimiu-se definitivamente o modo de distribuição capitalista. Assim,

“supondo que sobre a base de uma tal situação alguém dispõe de um excedente de meios privados, esse alguém não poderia nunca fazer uma aplicação capitalista dos mesmos. Nenhum indivíduo ou grupo adquiriria esse excedente para a produção, excepto através do intercâmbio ou compra, sem cair nunca na tentação de lho pagar em lucros ou juros.” Isto permite admitir um sistema de “heranças compatível com o princípio da igualdade.” A herança é inevitável, pois “a herança será sempre um fenómeno inerente necessário ao princípio da família.” Mas nem sequer o direito de herança “poderá dar lugar a uma acumulação de grandes patrimónios, pois a formação da propriedade não pode já ter como fim a criação de meios de produção e de existências opulentas.”

E com isto felizmente terminamos a comuna económica. Examinaremos agora como ela se administra.

Vamos supor que todas as condições do senhor Dühring estão plenamente realizadas; supomos assim que a comuna económica paga a cada um dos seus membros, por um trabalho diário de seis horas, uma soma de dinheiro na qual se encontram incorporadas precisamente seis horas de trabalho; imaginemos que essa quantia é de doze marcos. Suponhamos também que os preços correspondem exactamente aos valores, ou seja, segundo as referidas suposições, que apenas incluem os custos das matérias-primas, o desgaste da maquinaria, o uso dos meios de trabalho e o salário pago. Uma comuna económica de cem membros que trabalham produz assim diariamente mercadorias no valor de 1200 marcos, e contando com os dias laborais, 360000 marcos anuais; esta mesma soma permite que se pague aos seus membros, cada um dos quais faz o que quer com os seus 12 marcos diários, 3600 marcos anuais.

No final de cada ano, e ao final de cada cem anos, a comuna não enriqueceu absolutamente nada. Durante todo este tempo, ela não será sequer capaz de assegurar o excedente moderado de consumo do senhor Dühring, a menos que se destrua o seu conjunto de meios de produção. A acumulação foi completamente esquecida. Ainda pior: como a acumulação é uma necessidade social, e como ficar-se com o dinheiro em vez de o gastar é uma forma cómoda de acumulação, a organização da comuna económica chega literalmente a forçar os seus membros a acumularem privadamente, ou seja, obriga-os a destruí-la.

Como podemos evitar este conflito da natureza da comuna económica? Poderíamos servir-nos dos seus queridos “impostos”, ou imposições sobre os preços, vendendo, por exemplo, a sua produção anual por 480000 marcos, em vez de por 360000. Mas como todas as outras comunas económicas se encontram na mesma situação e têm de fazer o mesmo, cada uma delas terá de pagar no intercâmbio com as outras tantos “impostos” como aqueles que ela mesma recebe, sendo que o “tributo” recairá exclusivamente sobre os seus próprios membros.

Ou a comuna económica consegue resolver o problema da seguinte forma: pagando a cada membro, por seis horas de trabalho, o produto de menos de seis horas de trabalho, por exemplo, o de quatro horas, o que significa 8 marcos em vez de 12 por dia, mas mantendo os preços das mercadorias no nível anterior. Nesta ocasião, faz-se abertamente o que na situação anterior se procurava de forma sub-reptícia: constitui aquilo que Marx caracterizou como mais-valia, numa quantia total de 120000 marcos, pagando aos seus membros, de forma tipicamente capitalista, abaixo do valor da sua prestação, e obrigando-os a serem os únicos compradores de mercadorias que são vendidas pelo seu valor real. A comuna económica não pode assim conseguir um fundo de reserva a menos que se revele como sendo uma versão “enobrecida” do sistema Truck, [\*] erigida sobre uma ampla base comunista. Por isso, das duas uma: ou a comuna económica muda o lema “trabalho igual para salário igual” e então não pode acumular (pois apenas os particulares o podem) um fundo de sustentamento e de ampliação da produção, ou constitui um tal fundo, e então não pode mudar o lema “trabalho igual para salário igual”.

---

[\*] Os ingleses chamam assim ao sistema, também conhecido na Alemanha, no qual os fabricantes abrem lojas e obrigam os seus trabalhadores a comprarem nelas.

Este é o conteúdo do intercâmbio na comuna económica. E a forma? O intercâmbio é mediado pelo dinheiro metálico, e o senhor Dühring está muito orgulhoso do “alcance histórico humano” dessa melhora. Mas no comércio entre as comunas e os seus membros, o dinheiro *não* é dinheiro, ele não funciona como dinheiro. Serve antes como simples certificado de trabalho, ele não documenta, como diz Marx “mais nada além da participação individual do produtor no trabalho comum e o seu direito individual á parte do produto total destinado ao consumo”; nesta função, o dinheiro “tem tão pouco *a sua natureza* quanto um bilhete de teatro.” Qualquer item pode substituí-lo nesta função, como o “livro do comércio” de Weitling, numa de cujas páginas se assinalam as horas de trabalho, enquanto que na outra se registam os usos e usufrutos obtidos a troco delas. Resumindo: no comércio da comuna económica com os seus membros, o dinheiro funciona como “dinheiro – hora de trabalho” de Owen, essa “louca fantasia” que tão distintamente o senhor Dühring despreza, apesar de ter que a introduzir na sua própria economia do futuro. É indiferente qual o item usado para cumprir *esta* função, para identificar a quantidade de “deveres de produção” cumpridos e, conseqüentemente, do “direito ao consumo” assim adquirido, seja um pedaço de papel, uma cédula ou uma peça em ouro. No entanto, para outros fins não se aplica tal indiferença ou imaterialidade.

Se já no comércio da comuna económica com os seus membros o dinheiro metálico não tem a função de dinheiro, mas sim de símbolo ou de item do trabalho, no intercâmbio entre as diversas comunas económicas ele encontra-se ainda mais afastado desta função. Baseando-se nos pressupostos do senhor Dühring, o dinheiro metálico é completamente supérfluo neste caso. Bastaria de resto uma mera contabilidade, a qual computará o intercâmbio de produtos de trabalho igual por produtos de trabalho igual muito mais facilmente ao calcular-se com o critério natural do trabalho – o tempo, a hora do trabalho como unidade – que começa por traduzir as horas de trabalho em dinheiro. Este intercâmbio é na verdade puramente natural; todos os saldos favoráveis podem compensar-se de forma fácil e simples mediante transferências para outras comunas. Mas se uma comuna chegasse a encontrar-se realmente em falta relativamente a outras, então não bastaria todo “o ouro existente no universo”, apesar de ser “dinheiro por natureza” para poupar essa comuna de ter de cobrir o seu déficit com um aumento do próprio trabalho se não quiser cair na dependência da dívida em relação ás outras comunas. O leitor por certo recordará que não estamos a fazer construções acerca do futuro, mas sim a admitir os pressupostos do senhor Dühring para ver que conseqüências inevitáveis emanam delas.

Assim, nem no intercâmbio entre as comunas económicas e os seus membros, nem no intercâmbio entre as diversas comunas, o ouro, o “dinheiro por natureza” pode chegar a realizar essa sua natureza. Apesar de tudo, o senhor Dühring prescreve funções ao dinheiro também na socialidade. Temos assim que procurar outro âmbito no qual se possa efectivamente realizar essa função do dinheiro. Este âmbito existe. O senhor Dühring, efectivamente, permite e possibilita a todos um “consumo quantitativamente igual”. Mas

é claro que não pode obrigar ninguém a esse consumo. Pelo contrário, está muito orgulhoso de que no seu mundo cada um possa fazer com o seu dinheiro aquilo que queira. Portanto, ele não pode impedir que uns poupem fortunas em dinheiro, enquanto para outros o salário que recebem não chega. O senhor Dühring chega a fazer disto uma inevitabilidade, ao reconhecer juntamente com o directo de herança a propriedade comum da família, do qual resulta a obrigação dos pais sustentarem os filhos. Mas com isto, o consumo quantitativamente igual continua a sofrer de graves rupturas. O solteiro vive estupendamente e em festa com os seus 8 ou 12 marcos por dia, enquanto o viúvo com oito filhos vegeta miseravelmente. Por outro lado, ao admitirmos como pagamento apenas dinheiro sem mais, a comuna deixa aberta a possibilidade de que esse dinheiro se consiga de um modo que não passa pelo próprio trabalho. *Non olet.* [\*] A comuna não sabe de onde vem esse dinheiro. E com isto estão dadas todas as condições para que o dinheiro metálico, que até então não tinha desempenhado mais do que um papel de símbolo de trabalho, passe a desempenhar verdadeiras funções de dinheiro. Temos a ocasião e o motivo para a acumulação, por um lado, e para o endividamento, por outra. O que anda mal de dinheiro pede-o emprestado ao que possui dinheiro poupado e acumulado. Esse dinheiro emprestado, e que a comuna aceita como pagamento de produtos alimentares, volta a ser o que é na sociedade actual, a encarnação social do trabalho humano, a medida real do trabalho, o meio geral de circulação. Todas as “leis e normas administrativas” do mundo são tão incapazes de alterar isto como a tabela de multiplicação ou a composição química da água. E como o acumulador pode exigir ao necessitado o pagamento de juros, restabelece-se a usura através do exercício de funções de dinheiro pelo dinheiro metálico.

Até agora não considerámos os efeitos dessa conservação e retenção do dinheiro metálico para além do âmbito da validez da comuna económica dühringiana. Mas, para além desses limites, o resto do mundo perverso continua a caminhar no seu velho passo. No mercado mundial, a prata e o ouro continuam a ser *dinheiro mundial*, meios universais de compra e de pagamento, encarnação essencial da riqueza. E com esta propriedade sobre os metais nobres aparece perante cada indivíduo da comuna económica outro motivo de acumular, enriquecer-se e praticar a usura, a saber, de se mover livre e independentemente frente á comuna ultrapassando mesmo os seus limites, valorizando no mercado mundial a sua riqueza individual acumulada. Os usurários convertem-se em pessoas que negociam com o meio de circulação, ou seja, em banqueiros, em controladores do meio de circulação do dinheiro mundial, o que os leva a dominar também a produção e a dominar os meios de produção, apesar de estes figurarem durante vários anos nominalmente como propriedade da comuna económica e comercial. Mas os acumuladores e os usurários transformados em banqueiros são, por isto mesmo, os donos da comuna económica e comercial. A “socialidade” do senhor Dühring diferencia-se, com efeito, muito essencialmente das “nebulosidades” dos outros socialistas. A sua socialidade não tem outro objectivo além de restabelecer a alta finança, sob cujo controlo e em cujos bolsos vai acabar por se enfiar...se é que chega a formar-se e a manter-se. A sua única salvação consistiria em que os acumuladores pusessem a aproveitar o seu dinheiro mundial para se escaparem da comuna o mais depressa possível.

[\*] O dinheiro não fede (denunciando a sua origem).

Dada a ignorância do antigo socialismo que reina na Alemanha, algum discípulo inocente poderia perguntar se, por exemplo, os prémios de trabalho de Owen não dariam origem a um abuso parecido. E apesar de agora não termos de explicar o significado dos referidos símbolos do trabalho, a clarificação seguinte pode ser oportuna para comparar o “esquema amplo” dühringiano com as “ideias grosseiras, pálidas e débeis” de Owen: em primeiro lugar, para que se produzisse um tal abuso com os prémios de Owen, seria necessário convertê-los antes em dinheiro real, enquanto o senhor Dühring pressupõe e permite por um lado o dinheiro real, e por outro lado quer proibi-lo de funcionar como dinheiro, permitindo-lhe apenas agir como símbolo de trabalho. Enquanto no primeiro caso se trataria realmente de um abuso daqueles símbolos ou prémios, no de Dühring a natureza imanente do dinheiro, independente da vontade humana, impõe-se normalmente, sem abusos, frente ao verdadeiro abuso cometido pelo senhor Dühring ao obrigar o dinheiro a deixar de o ser graças á sua própria ignorância. Em segundo lugar, no caso de Owen, os prémios de trabalho não são mais do que uma forma de transição para a comunidade plena e a livre utilização dos recursos naturais e, para além disso, também um meio para tornar o comunismo plausível para o público Inglês. Se o surgimento de algum abuso do tipo descrito obrigasse a sociedade oweniana a suprimir os prémios de trabalho, essa sociedade não faria outra coisa senão avançar mais um passo e penetrar num estado de desenvolvimento superior. Em contrapartida, se a comuna económica dühringiana suprime o dinheiro, aniquila de um só golpe o seu “alcance histórico e humano”, elimina a sua beleza característica, deixa de ser a comuna económica dühringiana e some-se nas nebulosidades ás quais o senhor Dühring devotou tanto trabalho duro da sua fantasia racional. [\*]

Qual é a origem de todos estes erros sem saída e de todas estas confusões nas quais desemboca a comuna económica dühringiana? É, simplesmente, a nebulosidade que existe na cabeça do senhor Dühring e que cobre os conceitos de valor e de dinheiro, nebulosidade que o leva no final a pretender descobrir o valor do trabalho. Mas como o senhor Dühring não tem desde logo na Alemanha o monopólio dessa nebulosidade, mas pelo contrário, encontra nela numerosos competidores, vamos todos “ultrapassar a nossa relutância por momentos e resolver o nó” que ele causou.

O único valor que conhece a economia é o valor das mercadorias. O que são as mercadorias? As mercadorias são os produtos obtidos numa sociedade de produtores privados e mais ou menos isolados, ou seja, são produtos privados. Mas estes produtos privados deixam de ser verdadeiras mercadorias a partir do momento em que não se produzem para uso próprio, mas sim para o uso de outros, quer dizer, para o uso social, e entram no uso social através do intercâmbio. Os produtores privados encontram-se, pois, numa conexão social, eles constituem uma sociedade. Os seus produtos, apesar de serem privados, são ao mesmo tempo e contra a sua vontade, produtos sociais.

---

[\*] Seja dito que o papel que os prémios de trabalho desempenham na sociedade comunista de Owen é totalmente desconhecido para o senhor Dühring. Este conhece esses prémios – graças a Sargant – apenas

enquanto aparecem nos Labour Exchange Bazaars certas tentativas, naturalmente fracassadas, para conduzir a sociedade actual até ao comunismo através do intercâmbio directo do trabalho.

Mas em que consiste o carácter social desses produtos privados? Evidentemente, em duas características: em primeiro lugar, todos eles satisfazem alguma necessidade humana, possuem um valor de uso não apenas para o seu produtor, mas também para outros, e em segundo lugar, apesar de serem produtos dos mais diversos trabalhos privados, eles são ao mesmo tempo produtos do trabalho humano em geral, do trabalho humano geral. Na medida em que possuem valor de uso também para outros, eles podem entrar no intercâmbio; na medida em que todos eles gastaram trabalho humano em geral, em que em todos eles existe uma simples utilização da força de trabalho humana, eles podem comparar-se entre si na troca segundo a quantidade do referido trabalho que têm incorporada, e podem colocar-se como iguais ou como desiguais. Em dois produtos privados de igual valor e produzidos sob as mesmas condições sociais, podem estar incorporadas quantidades de trabalho individual diversas, mas sempre estará lá a mesma quantidade de trabalho humano em geral. Um ferreiro inábil pode fazer cinco ferraduras no mesmo período de tempo em que outro mais hábil faz dez. Mas a sociedade não valora a casual falta de habilidade acidental de um, mas sim reconhece como trabalho humano em geral apenas o trabalho que corresponde á habilidade média em cada momento. Por isso, uma das cinco ferraduras do nosso primeiro ferreiro não possui no intercâmbio mais valor do que uma das dez forjadas pelo segundo ao mesmo tempo. O trabalho privado e individual contém o trabalho humano em geral na quantidade em que este é socialmente necessário.

Ao dizermos, pois, que uma mercadoria tem este ou aquele valor determinado, estamos a dizer: 1.º que é um produto socialmente útil; 2.º que foi produzido por um indivíduo por conta privada; 3.º que, apesar de ser um produto do trabalho privado e individual, ele é ao mesmo tempo, sem o saber nem querer, produto do trabalho social, e precisamente de uma determinada quantidade de trabalho social fixada por via social mediante o intercâmbio; 4.º que não se expressa essa quantidade no próprio trabalho, nestas ou naquelas horas de trabalho, mas sim *noutra mercadoria*. Quando digo que este relógio vale tanto como aquela peça de roupa e que cada um deles vale 50 marcos, eu quero dizer: no relógio, na peça de roupa e nesse dinheiro estão incorporadas quantidades iguais de trabalho social. Afirmo assim que o tempo de trabalho social representado neles foi socialmente medido, e que a medição levou nos três casos ao mesmo resultado. Mas essa medição não foi directa e absoluta como geralmente é medido o tempo de trabalho por horas ou dias, etc., mas leva-se a cabo de maneira circular através do intercâmbio. Por isso não posso expressar essa quantidade de tempo de trabalho em horas trabalhadas, mas apenas de forma circular, de um modo relativo em termos de outra mercadoria que represente a mesma quantidade de tempo de trabalho social. O relógio vale tanto como a peça de roupa.

Mas a produção e o intercâmbio de mercadorias, que obrigam toda a sociedade baseada neles a usar essa medida circular, impõem também a maior abreviação possível do mesmo. Eles separam o conjunto comum de mercadorias de uma mercadoria soberana na qual se pode expressar de uma vez para sempre o valor de todas as outras; trata-se de uma mercadoria que opera como encarnação imediata do trabalho social e que, por isso

mesmo, é imediatamente cambiável sem nenhuma limitação por todas as outras mercadorias: trata-se do dinheiro. O dinheiro está já incluído no embrião do conceito de valor, e não é mais do que o valor na sua forma desenvolvida. Mas ao tornarmos independente o valor enquanto dinheiro frente às próprias mercadorias, penetra um novo factor na sociedade que produz e intercambia as mercadorias: um factor com novas funções e novos efeitos sociais. Basta-nos comprovar e afirmar este ponto, sem no entanto o aprofundarmos mais.

A economia da produção mercantil não é, de forma alguma, a única ciência que tem de contar com factores apenas relativamente conhecidos. Também na física não sabemos quantas moléculas de gás existem num determinado volume a certa pressão e temperatura. Mas sabemos que, dentro da margem de vigência da lei de Boyle, um dado volume de gás contém, a igual pressão e temperatura, tantas moléculas quantas contém um igual volume de qualquer outro gás. Por isso, podemos comparar quanto ao seu conteúdo em moléculas os mais diversos volumes dos mais diversos gases sob as mais diversas condições de pressão e de temperatura; e se tomamos como unidade um litro de gás a 0° C e a 760 mm de pressão, podemos medir com esta unidade aquele conteúdo em moléculas. Também desconhecemos na química os pesos atómicos absolutos dos diversos elementos. Mas conhecemo-los relativamente, porque sabemos quais são as suas proporções recíprocas. Assim, do mesmo modo que a produção mercantil e a sua economia possuem uma expressão relativa das quantidades de trabalho, para elas desconhecidas, que se encontram nas diversas mercadorias, ao compararem essas mercadorias segundo as suas quantidades de trabalho, também na química se procura uma expressão relativa da magnitude dos pesos atómicos, por ela desconhecidos, comparando os diversos elementos segundo os seus pesos atómicos, ou seja, expressando o peso atómico de um elemento numa fracção de outro ou em múltiplos outros (sulfúrico, oxigénio, hidrogénio). E do mesmo modo que a produção mercantil transformou o ouro na mercadoria absoluta, no equivalente geral das outras mercadorias, na medida de todos os valores, assim também a química torna o hidrogénio na mercadoria do dinheiro químico, ao colocar o seu peso atómico = 1, reduzindo os pesos atómicos de todos os outros elementos ao do hidrogénio e expressando-os em múltiplos do peso atómico deste.

Mas a produção mercantil não é de modo algum a única forma de produção social. Nas antigas comunidades Índias, ou nas comunidades familiares dos Eslavos meridionais, os produtos não se transformam em mercadorias. Os membros da comunidade estão directamente associados á produção, o trabalho distribui-se segundo a tradição e as necessidades, e o mesmo sucede com os produtos á medida que chegam ao consumo. A produção directamente social, tal como a distribuição imediatamente social, exclui todo o intercâmbio de mercadorias, e assim também a transformação dos produtos em mercadorias (pelo menos, no interior da comunidade), impedindo pois, igualmente, a sua transformação em *valores*.

Enquanto a sociedade entra em possessão dos meios de produção e os utiliza na socialização e associação imediata para a produção, o trabalho de cada um, independentemente da sua utilidade específica, torna-se directamente e desde o primeiro momento trabalho social. Então não é necessário determinar mediante formas circulares a

quantidade de trabalho social incorporada num produto: a experiência quotidiana demonstra directamente quanto trabalho social é necessário em média. A sociedade pode calcular simplesmente quantas horas de trabalho estão incorporadas numa máquina de vapor, num hectolitro de trigo da última colheita, em cem metros quadrados de roupa de um certa qualidade. Por isso, não se pode pensar em expressar apenas numa medida relativa, vacilante e insuficiente (que dantes era inevitável enquanto mal menor) – num terceiro produto – as quantidades de trabalho incorporadas nos produtos, quantidades que agora conhecemos de forma directa e absoluta e que se podem expressar na sua medida natural, adequada e directa, que é o *tempo*. Também nunca ocorreria ao químico expressar relativamente os pesos atómicos através das formas circulares do peso atómico do hidrogénio se ele pudesse expressá-los de modo absoluto com a sua medida adequada, ou seja, no seu peso real, em bilionésimos ou quadringentésimo de grama. Assim, pelas afirmações que fizemos, a sociedade não atribui valor algum aos seus produtos. Por isso, o facto de que os cem metros quadrados de roupa exigiram para a sua produção, digamos, mil horas de trabalho, isto não se expressará com a frase, oblíqua e então sem sentido, de que *valem* mil horas de trabalho. É certo que a sociedade terá também de saber quanto trabalho requer a produção de cada objecto de uso. Pois ela terá que estabelecer o plano de produção atendendo aos meios de produção, entre os quais se encontram as forças de trabalho. O plano será finalmente determinado através da comparação dos efeitos úteis dos diversos objectos de uso entre eles e com as quantidades de trabalho necessárias para a sua produção. As pessoas fazem tudo isto em sua casa de maneira simples, sem necessidade de envolver o célebre “valor”. [\*]

O conceito de valor é a expressão mais geral e, por tanto, mais abarcante, das condições económicas da produção mercantil. No conceito de valor está contido o embrião não apenas do dinheiro, mas também de todas as outras formas desenvolvidas da produção e do intercâmbio mercantil. No facto de que o valor é a expressão do trabalho social contido nos produtos privados, encontra-se já a possibilidade da diferenciação entre este e o trabalho privado contido num mesmo produto. Se um produtor privado continua a produzir segundo um modo antiquado, enquanto o modo social de produção progride, a diferença sentir-se-ia sensivelmente. O mesmo ocorre quando a totalidade dos produtores privados de um determinado tipo de mercadorias produzem uma determinada quantidade das mesmas que diminui a necessidade social daquele tipo de mercadorias. No facto de que o valor de uma mercadoria não se expressa senão através de outras mercadorias, e apenas pode realizar-se no intercâmbio com elas, encontra-se a possibilidade de que nem sequer se realize o intercâmbio, ou de que o intercâmbio não realize o valor exacto. Por último, se no mercado surge a mercadoria específica que é a força de trabalho, o seu valor determina-se como o de qualquer outra mercadoria, através do tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção.

---

[\*] Já em 1844 indiquei que a citada comparação ou cálculo do efeito útil e o gasto de trabalho na decisão sobre a produção é tudo o que nos resta do conceito de valor da economia política numa sociedade comunista (nos *Deutsch-Französische Jahrbücher* “Anais Franco-Alemães”, pág. 95). Mas a fundamentação científica desta afirmação não foi possível até ao surgimento de “O Capital” de Marx, conforme o leitor pode constatar.

Por isso, na forma e valor dos produtos encontra-se já em embrião toda a forma de produção capitalista, a contraposição entre capitalistas e trabalhadores assalariados, o exército industrial de reserva, as crises. Querer suprimir a forma de produção capitalista através do procedimento de restabelecimento do “verdadeiro valor” é o mesmo que querer suprimir as superstições através do restabelecimento dos “verdadeiros bruxos”; é querer fundar uma sociedade na qual os produtores dominem os seus produtos mediante a realização consequente de uma categoria económica que é a expressão mais acabada da submissão dos produtores aos produtos.

Quando a sociedade produtora de mercadorias se desenvolveu até á forma do dinheiro, até á forma do valor inerente enquanto tal às mercadorias, surgem então diversas formas embrionárias ainda ocultas no mero valor. A consequência mais imediata e essencial desta passagem ao dinheiro é a generalização da forma mercantil. O dinheiro impõe a forma de mercadoria e arrasta o intercâmbio até aos objectos que eram produzidos para um consumo próprio e directo. Assim, a forma de mercadoria e o dinheiro irrompem no interior doméstico das comunidades directamente associadas para a produção, destroem as características da comunidade e decompõem esta comunidade num monte de produtores privados. Como se pode ver na Índia, o dinheiro começa por substituir o cultivo colectivo pelo individual; mais tarde termina também com a propriedade colectiva sobre o solo que ainda se manifesta na redistribuição repetitiva com prazo fixo, substituindo-a por uma divisão definitiva (como ocorre, por exemplo, nas comunidades de Musela ou como está a começar a acontecer na aldeia Russa) e por fim, o dinheiro impõe também a divisão do último traço colectivo, a possessão de bosques e pastos. Quaisquer que sejam as outras causas baseadas no desenvolvimento da produção que contribuem também para estes resultados, o dinheiro é, apesar de tudo, o meio de intervenção mais poderoso daqueles resultados que se verificam sobre a comunidade. E esta necessidade natural, o dinheiro, apesar de todas as “leis e normas administrativas”, dissolveria a comuna económica dühringiana caso esta chegasse a existir.

Vimos anteriormente (Economia, IV) que é uma contradição interna falar de valor do trabalho. Como em certas condições sociais o trabalho não cria apenas produtos, mas também valor e esse valor mede-se pelo trabalho, este não pode ter valor, do mesmo modo que o peso não pode pesar nem o calor pode ter uma determinada temperatura. Mas aquilo que é típico de toda a confusão social que se põe a especular sobre o “verdadeiro valor” consiste em imaginar que o trabalhador não recebe hoje o pleno “valor” do seu trabalho, e que o socialismo terminará com esta situação. Para realizar este programa, temos de começar por averiguar o valor do trabalho; e para isso tentam medi-lo não através da sua medida adequada, o tempo, mas sim através do seu produto. Diz-se que o trabalhador tem de receber “o pleno produto do seu trabalho”. Teremos de intercambiar não já produtos de trabalho mas sim o próprio trabalho de forma directa, uma hora de trabalho trocada pelo produto de outra hora de trabalho. Mas isto apresenta imediatamente uma claudicação “discutível”. Porque assim se distribui o *produto total*. Subtrai-se á sociedade a função progressiva mais importante que tem, a acumulação, que vai parar às mãos e ao arbítrio dos indivíduos. Estes podem fazer com os seus “frutos” o que quiserem, e a sociedade permanece, no melhor dos casos, tão rica ou pobre como dantes. Assim, não apenas não se centralizaram nas mãos da sociedade os meios de

produção acumulados no passado, como também todos os meios de produção que se acumulem no futuro se vão dispersar e concentrar de novo nas mãos dos indivíduos. Isto é negar os próprios pressupostos e cair no puro absurdo.

Pretende-se trocar o trabalho em curso e vivo, a força activa do trabalho, por produtos do trabalho. Mas com isto, o trabalho tornar-se-ia numa mercadoria, igual ao produto pelo qual se pretende trocar esse trabalho. O valor da força de trabalho não se vai determinar de todo pelo seu produto, mas sim pelo trabalho social incorporado nela, ou seja, segundo a actual lei dos salários.

Mas ao mesmo tempo, estas consequências são precisamente aquilo que se pretende negar. O trabalho vivo, a força de trabalho, tem de receber o seu produto pleno. Ou seja: tem de ser trocado não pelo seu *valor*, mas sim pelo seu *valor de uso*; a lei do valor tem de continuar em vigor para todas as outras mercadorias, mas deve ser superada e repelida relativamente á força de trabalho. E esta confusão que se contradiz e se suprime a si mesma é tudo o que se esconde por detrás da frase “valor do trabalho”.

O “intercâmbio do trabalho segundo o princípio do cálculo igual”, na medida em que faz algum sentido e este sentido desemboca no intercâmbio de produtos do mesmo trabalho social, ou seja, na lei do valor, é precisamente a lei fundamental da produção mercantil, e naturalmente também da forma suprema da mesma, que é a produção capitalista. Esta lei impõe-se hoje em dia na presente sociedade do mesmo e único modo pelo qual se podem impor leis económicas numa sociedade de produtores privados: como lei natural de acção cega, contida nas coisas e nas relações, independentemente do querer e do fazer dos próprios produtores. Ao proclamar esta lei como sendo fundamental para a sua comuna económica e pretender ao mesmo tempo que essa comuna realize a referida lei com plena consciência, o senhor Dühring converte a lei fundamental da sociedade hoje existente em lei fundamental da sua sociedade de fantasia. O senhor Dühring quer perpetuar a sociedade actual. Mas sem os seus abusos. E assim ele move-se exactamente no mesmo campo que Proudhon. Tal como este, ele pretende eliminar os abusos nascidos do desenvolvimento e transformação da produção mercantil na produção capitalista, e para isso ele opõe àqueles abusos a lei fundamental da produção mercantil, cuja acção é precisamente a que originou os referidos males. Também como Proudhon, o senhor Dühring quer superar as consequências reais da lei do valor através das consequências irreais da mesma.

Mas com que orgulho cavalga Don Quixote montado no seu nobre Rocinante, o “princípio da justiça universal”, seguido pelo seu Sancho Pança, Abraham Enss, pela intrincada e cavalheiresca senda, á conquista do elmo de Mambrino, do “valor do trabalho”! Temos muito receio que regressem a casa com nada mais para além da velha e conhecida bacia do barbeiro.

## CAPÍTULO V – ESTADO, FAMÍLIA, EDUCAÇÃO

Com as duas secções anteriores, esgotámos praticamente o conteúdo económico da “nova formação socialitária” do senhor Dühring. Ainda deveríamos observar, por acaso, que “a amplitude universal do olhar histórico” não o impede em absoluto de defender os seus interesses especiais; deixando de lado o assunto do excedente moderado de consumo. Como a velha divisão do trabalho subsiste na socialidade, a comuna económica terá que contar também, para além de arquitectos e peões, com escritores profissionais, o que suscita a questão de como se tratarão os direitos de autor. Esta questão ocupa e preocupa o senhor Dühring mais do que qualquer outra. O direito de autor emerge quando o leitor menos espera, ao tratar-se, por exemplo, de Luis Blanc e de Proudhon, e acaba felizmente salvo pela socialidade, sob a misteriosa forma de “prémio ao trabalho”, ao longo de nove grandes e difusas páginas do *Cursus*. Não se explica se esse prémio tem o mesmo carácter do excedente moderado de consumo. Não menos oportuno do que este tema teria sido um capítulo sobre a posição da pulga no sistema natural da sociedade; de qualquer forma, teria sido menos aborrecido e entediante.

A *Filosofia* dá preceitos detalhados acerca da ordem estatal do futuro. Nesta matéria, Rousseau, apesar de “único sucessor importante” do senhor Dühring, não interpôs fundamentos suficientemente profundos; o seu continuador, mais profundo, socorre radicalmente esta necessidade, humedecendo extremamente o referido Rousseau e adubando-o com uns quantos desperdícios da filosofia hegeliana do direito, previamente cozinhados de maneira a resultarem numa sopa intragável. “A soberania do indivíduo” constitui o fundamento do Estado dühringiano do futuro; essa soberania não deve ser oprimida pelo domínio da maioria, mas deve sim ser uma consequência dele. Como se consegue isto? De forma muito simples.

Quando se supõem concordâncias de cada um com todos os outros, e quando essas concordâncias e contratos têm por objecto a ajuda recíproca contra lesões injustas, então o poder não se reforça senão para a manutenção do direito, e nenhum direito deve derivar de nenhuma prepotência das multidões contra o indivíduo ou da maioria contra a minoria.

Com esta facilidade, a força viva do berloque da filosofia real ultrapassa os obstáculos mais insuperáveis, e se o leitor pensa que nada ficou mais claro do que antes, o senhor Dühring responderá que não tome as coisas de forma tão ligeira, pois

*o mais pequeno erro* na concepção do papel da vontade geral *aniquilaria* a soberania do indivíduo, e esta soberania é a única coisa que (!) conduz aos verdadeiros directos.

O senhor Dühring trata o seu público como este merece: brincando com ele. Ainda poderia ter dito disparates maiores que os estudiosos da filosofia não teriam notado nada.

A soberania do indivíduo consiste essencialmente em que

“o indivíduo está *obrigado* para com o estado *de um modo absoluto*”, mas essa obrigação não pode justificar-se a não ser na medida em que “serve realmente a justiça natural”. Com este objectivo haverá “legislação e jurisprudência”, as quais devem “manter-se na colectividade”; também existirá uma liga

defensiva, a qual se vai manifestar na “comunidade, no exército ou numa secção executiva correspondente para os serviços de segurança internos”,

ou seja, haverá também exército, polícia e guardas. Já foi demonstrado mais de uma vez que o senhor Dühring é um honrado Prussiano; aqui se mostra que ele está à altura daquele Prussiano modelo que, segundo o falecido ministro Von Rochow, “leva os guardas ao peito”. Mas esta polícia e estes guardas do futuro não serão tão perigosos como os actuais “sequazes” (*Zarucker*). [\*1] Faça o que fizer o indivíduo soberano, este terá sempre *um consolo*:

o direito ou a injustiça que, segundo as circunstâncias, lhe podem advir da sociedade, não poderá nunca ser *pior* do que o que acarretaria também *o estado da natureza*.

E logo após ficarmos perplexos com mais uma digressão sobre o seu inevitável direito de autor, o senhor Dühring assegura-nos que no seu futuro mundo haverá “uma advocacia completamente livre e abrangente”.

“A sociedade livre hoje imaginada” torna-se cada vez mais misturada: arquitectos, peões, escritores, guardas e advogados. Este “sólido e crítico reino do pensamento” parece-se, como duas gotas de água, aos diversos reinos das diversas crenças, nos quais se encontra sempre a transfiguração dos sofrimentos da vida terrena. E o senhor Dühring pertence certamente ao Estado no qual “cada um pode ganhar a eterna bem-aventurança á sua maneira”. [\*2] Que mais se pode desejar?

Mas o que desejemos é irrelevante. O que importa é aquilo que o senhor Dühring quer. E este diferencia-se de Frederico II devido ao facto de que no futuro Estado dühringiano não é de todo verdade que todos possam ser bem-aventurados á sua maneira. Na constituição desse Estado do futuro podemos ler:

“Na sociedade livre não pode haver nenhum culto, pois cada um dos seus membros superou a pueril imaginação primitiva de que atrás ou por cima da natureza existam seres nos quais se possa influir através do sacrificio ou da oração.” Um “sistema correctamente entendido da sociedade *tem* todas as armas necessárias para *terminar* com a feitiçaria clerical e, conseqüentemente, com todos os elementos essenciais do culto.”

Proibida a crença.

Mas a crença não é mais do que o reflexo fantástico, nas cabeças dos homens, dos poderes externos que dominam a sua existência quotidiana: um reflexo no qual as forças terrenas tomam a forma de forças sobrenaturais. Nos inícios da história, são as forças da natureza as primeiras a experimentar este reflexo, para logo sofrerem, na posterior evolução dos diferentes povos, os processos de personificação mais complexos e confusos. Estes processos estão documentados detalhadamente, pelo menos para os povos Indo-Germânicos, na mitologia comprada, desde a sua origem nos vedas Indianos passando pela sua continuação entre os Índios, os Persas, os Gregos, os Romanos, os Germanos e, segundo os materiais disponíveis, entre os Celtas, os Lituanos e os Eslavos. Mas juntamente com as forças da natureza, depressa entraram em acção as forças sociais, forças que surgem aos olhos do homem como tão estranhas e inexplicáveis como as da

[\*1] O povo de Berlim chamava *Zarucker* (por deformação Berlinense de *zurück*) aos guardas, aludindo á cominação mais frequente destes grupos de pessoas em manifestações ou aglomerações.

---

[\*2] Frase de Frederico II da Prússia resolvendo a questão das escolas Católicas no seu estado Protestante.

natureza, e que o dominam aparentemente com a mesma necessidade natural destas. As formações fantásticas nas quais ao princípio se reflectiam apenas as misteriosas forças da natureza recebem assim novos atributos sociais, e convertem-se em representantes das forças e poderes históricos. [\*]

Num nível evolutivo ainda superior, todos os atributos naturais e sociais dos muitos deuses transferem-se para um único Deus onnipotente, o qual é o reflexo do homem abstracto. Assim nasceu o monoteísmo, o qual foi historicamente o último produto da tardia filosofia vulgarizada Grega e que encontrou a sua encarnação no Deus Judeu exclusivamente nacional Jahvé. Desta forma cómoda, manejável e adaptável a tudo, a crença pode subsistir como forma imediata – ou seja, sentimental – do comportamento do homem relativamente ás forças alheias, naturais e sociais, que o dominam, e isto enquanto os homens estejam debaixo das referidas forças. Mas vimos várias vezes que na actual sociedade burguesa, os homens estão dominados, como por um poder alheio e externo, pelas relações económicas que eles criaram e pelos meios de produção que eles próprios produziram. O fundamento real da acção de crença reflexa continua assim de pé, e com ela o mesmo sucede com o próprio reflexo da crença. O facto de que a economia burguesa permite uma certa percepção das conexões causais desse domínio externo não muda objectivamente nada. A economia burguesa não pode nem impedir as crises na sua totalidade, nem proteger o capitalista individual de perdas, dívidas e falências, nem proteger o trabalhador individual do desemprego e da miséria. Continua a ser certo que o homem propõe e Deus (quer dizer, o poder externo do modo de produção capitalista) dispõe. O mero conhecimento, apesar de ser mais profundo e amplo do que a economia burguesa, não basta para submeter as forças sociais ao domínio da sociedade. Para isso é preciso uma *acção* social. E quando essa acção for realizada, quando a sociedade, mediante a tomada de possessão e do manejo planificado de todos os meios de produção, se tiver libertado a si mesma e a todos os seus membros da servidão na qual estão hoje por causa desses mesmos meios de produção por eles produzidos, mas que os enfrentam enquanto poder alheio e externo irresistível; quando o homem não se limitar a propor, mas também se atreva a dispor, então desaparecerá o último poder externo e alheio que ainda hoje se reflecte na crença, e com ele desaparecerá também o próprio reflexo da crença pela simples razão de que já não haverá nada que reflectir.

---

[\*] Este posterior carácter duplo das figuras dos deuses, passando por alto a mitologia comprada – que se interessa unilateralmente pela sua natureza de reflexo das forças naturais – é uma das causas da confusão posterior das mitologias. Assim, em algumas tribos Germânicas o deus da guerra chama-se Tyr na língua paleo-nórdica, Zio em alto Alemão antigo, e corresponde ao Grego Zeus, ao Latino Júpiter (Diespiter); noutras tribos chama-se Er, Eor, e corresponde ao Grego Ares e ao Latino Marte.

Pelo contrário, o senhor Dühring tem pressa e não pode esperar que a crença morra dessa forma natural. Ele procede mais radicalmente e põe-se a superbismarckear: ele decreta umas novas e ainda mais duras leis de Maio [\*], não apenas contra o Catolicismo, mas contra toda a crença em geral; ele lança os seus guardas do futuro contra a crença e ajuda-a assim a ser uma coisa mártires, com o conseqüente prolongamento da sua vida. Para onde quer que olhemos, este homem dá-nos um socialismo especificamente Prussiano.

---

[\*] As quatro leis de Maio de 1873 nas quais culminou a política de “luta cultural” de Bismarck contra o partido Católico.

Logo depois de ter aniquilado a crença, o senhor Dühring afirma que,

o ser humano, baseado apenas em si mesmo e na natureza, amadurecido até ao conhecimento das suas forças colectivas, pode lançar-se audazmente por todos os caminhos que se lhe abram no decurso das coisas e do seu próprio ser.

Contemplemos agora, para variar, qual é o “decurso das coisas” pelo qual se pode lançar audazmente o homem baseado em si mesmo, tomando a mão do senhor Dühring.

O primeiro decurso das coisas pelo qual o homem se baseia em si mesmo consiste em que o dêem á luz. Então,

todo o período da incapacidade natural fica “confiado á educadora natural das crianças”, a mãe. “Este período pode durar até á puberdade, como sucedia no antigo direito Romano, ou seja, até cerca dos catorze anos”. Só quando alguns mal-educados não respeitem como devem a presença da mãe, a ajuda paterna e sobretudo as medidas práticas de educação tornarão inócua o defeito. Com a puberdade, as crianças ficam sob a “tutela natural do pai”, se existir um homem “com a paternidade real indisputada”; se não o houver, a comunidade nomeará um tutor.

Do mesmo modo que o senhor Dühring imaginava que é possível substituir o modo de produção capitalista sem mudar a própria produção, ele também imaginava que se pode separar a moderna família burguesa de todos os seus fundamentos económicos sem alterarmos toda a sua forma. Esta forma é para ele tão imutável que até considera o “antigo direito Romano”, apesar de um tanto “enobrecido”, decisivo para a família para toda a eternidade; por isso também não se pode apresentar a família senão como “herdeira”, ou seja, como unidade de propriedade e possessão. Os utópicos encontram-se aqui num patamar muito superior ao do senhor Dühring. Para eles, a livre associação dos homens e a transformação do trabalho privado doméstico numa indústria pública significam simultaneamente a socialização da educação da juventude e, com ela, uma relação realmente livre e recíproca entre os membros da família. Por outro lado, Marx (*O Capital*) mostrou como “a grande indústria, com o importante papel que atribui ás mulheres, aos jovens e ás crianças de ambos os sexos nos processos produtivos socialmente organizados além da esfera doméstica, está a criar os novos fundamentos económicos de uma forma mais elevada de família e de relação entre os dois sexos.”

Todos os fantasiosos reformadores sociais — diz o senhor Dühring — naturalmente que têm preparada a pedagogia que corresponde á sua nova vida social.

De acordo com os parâmetros desta frase, o senhor Dühring é um “verdadeiro monstro” entre os fantasiosos reformistas sociais. A escola do futuro ocupa-o pelo menos tanto como os direitos de autor, e isso quer realmente dizer muito. O senhor Dühring tem planos escolares e universitários já prontos e terminados não apenas para todo o “futuro previsível”, mas também para o período de transição. No entanto, vamos limitar-nos a ver o que, em última instância, se deve ensinar á juventude de ambos os sexos na socialidade definitiva.

A escola geral popular oferece

"tudo o que em si mesmo e em princípio possa ter atractivos para o homem”, ou seja, nomeadamente, “os fundamentos e os principais resultados de todas as ciências referentes ás concepções do mundo e da vida.” Assim, ela ensina antes de tudo a matemática de tal modo que se “atravesse plenamente” o campo de todos os conceitos, métodos e cálculos, desde o simples contar e somar até ao cálculo integral.

Isto não quer dizer que já nessa primeira escola se vão diferenciar e integrar realmente. Trata-se antes de ensinar nela elementos completamente novos da matemática integral, os quais contêm em si tanto a matemática elementar corrente como, em forma embrionária, a matemática superior. Apesar do senhor Dühring afirmar que já tem “esquemáticamente em vista os traços principais” do “conteúdo dos manuais” dessa escola do futuro, ele não conseguiu, infelizmente, descobrir até agora esses “elementos da matemática integral”; e o que ele mesmo não é capaz de fazer “não pode realmente esperar-se senão das forças livres e reforçadas da nova situação social.”

Mas se os frutos da matemática do futuro estão por agora demasiado verdes, a astronomia, a mecânica e a física do futuro vão apresentar por sua vez menos dificuldades, e vão “fornecer o núcleo de toda a instrução”, enquanto a botânica e a zoologia, com o seu estilo predominantemente descritivo, apesar de todas as teorias, servirão mais como “ligeiras distrações.”

Assim se encontra impresso na *Filosofia*. O senhor Dühring continua sem conhecer mais do que uma botânica e uma zoologia predominantemente descritivas. Toda a morfologia orgânica, que inclui a anatomia comparada, a embriologia e a paleontologia do mundo orgânico, parecem ser-lhe desconhecidas até de nome. Enquanto nas suas costas surgem dúzias de novas ciências no âmbito da biologia, o seu espírito pueril continua a tomar da *História Natural para as Crianças* de Raff os “elementos de formação eminentemente modernos do modo de pensar científico natural” e decreta essa constituição do mundo orgânico também para o “futuro previsível”. A química, como ocorre ao nosso autor, também é aqui totalmente esquecida.

No que respeita ao lado estético da educação, o senhor Dühring vai ter de a construir de novo. A poesia que existiu até agora não lhe serve. Estando proibida a crença, é claro que não se pode tolerar na escola “o adereço mitológico ou de outro tipo de crença” que era corrente entre os poetas do passado. Também se condena “o misticismo poético” tão intensamente cultivado por Goethe. O senhor Dühring vai ter, pois, que ministrar ele mesmo aquelas obras poéticas magistrais que “correspondem ás exigências superiores de uma fantasia equilibrada com o entendimento” e que representam o autêntico ideal que

“significa a perfeição do mundo”. Que não tarde em fazê-lo. A comuna económica não poderá conquistar o mundo senão quando irrompa nele com o equilibrado passo de carga do Alexandrino, reconciliado com a razão.

O cidadão do futuro não verá a sua infância ser muito amargada pela filologia.

“As línguas mortas caducarão completamente... e as línguas vivas estrangeiras...serão matéria secundária.” Só nos casos nos quais o comércio entre as nações incluía também o movimento das massas populares é que o ensino dessas línguas será facilitado de modo cómodo e segundo as necessidades de cada um. “A instrução linguística escolar verdadeiramente formativa” encontra-se numa espécie de gramática geral, e nomeadamente na “matéria e na forma da própria língua.”

A limitação nacional do homem de hoje é ainda demasiado cosmopolita para o senhor Dühring, que se propõe suprimir as duas alavancas do próprio ponto de vista limitado nacional: o conhecimento das línguas antigas, que oferecem pelo menos a educação clássica de todas as nações, um amplo horizonte comum, e o conhecimento das línguas modernas, graças ao qual as pessoas de diversas nações podem entender-se e saber o que ocorre para além das suas próprias fronteiras. A gramática da própria língua será, pelo contrário, aprendida radicalmente. Mas a “matéria e a forma da própria língua” não se conseguem entender se não se estuda a sua origem e a sua evolução progressiva, e isto não é possível sem termos em conta, por um lado, as suas próprias formas mortas, e por outro lado, as línguas, vivas e mortas, aparentadas com ela. Mas com isto voltamos a entrar em terreno expressamente proibido. E se o senhor Dühring elimina assim do seu plano de estudos toda a moderna gramática histórica, não lhe vai restar para a instrução linguística mais do que a velha gramática técnica, disposta ao estilo da antiga filologia clássica, com todo o seu casuísmo e todas as suas arbitrariedades, devidos uns e outras à falta de base histórica. O ódio à velha filologia leva-o a erigir em “centro da introdução linguística escolar verdadeiramente formativa” o pior produto da referida velha filologia. É claro que estamos perante um linguista que nem sequer ouviu falar da investigação linguística histórica, tão pujante e desenvolvida desde há sessenta anos, e que, conseqüentemente, não procura os “elementos de formação eminentemente modernos” em Bopp, Grimm e Diez, mas sim em Heyse e Becker, de feliz memória.

Mas tudo isto não basta para “basear em si mesmo” o jovem cidadão do futuro. Para isso, faz ainda falta uma fundamentação mais profunda por meio da

"assimilação dos últimos fundamentos filosóficos.” “Mas um tal aprofundamento... terá deixado de ser uma tarefa gigantesca” desde que o senhor Dühring fez dela tábuas rasas. Efectivamente: “ se limpamos de falsos arabescos escolásticos o pouco saber rigoroso de que podem orgulhar-se os esquemáticos gerais do ser, e se nos decidimos a impor que apenas valha a realidade confirmada pelo senhor Dühring, então a filosofia elementar torna-se plenamente acessível à juventude do futuro. “Recordem-se as formulações *sumamente simples* com as quais levámos os conceitos de infinito e da sua crítica até um alcance desconhecido” e então, “ver-se-á que não há razão para que os elementos da concepção universal do espaço e do tempo, tão simplesmente formulados pelo actual aprofundamento e agudização, não possam entrar no acervo dos primeiros e prévios conhecimentos... os pensamentos mais radicais” do senhor Dühring “não podem desempenhar um papel secundário no sistema educativo geral da nova sociedade.” O estado idêntico a si mesmo da matéria e do infinito enumerado estão, pelo contrário, chamados “não apenas a assentar os homens nos seus próprios pés, mas também a ensinar-lhes a saber *que têm debaixo dos próprios pés o amotinado Absoluto.*”

Como se vê, a escola popular do futuro não é mais do que uma escola média Prussiana “enobrecida” na qual o Grego e o Latim são substituídos pela matemática pura e aplicada e, sobretudo, pelos elementos da filosofia da realidade, enquanto o ensino da língua Alemã se rebaixa de novo ao nível cultivado pelo defunto Becker, ou seja, ao nível da terceira classe. Efectivamente, “não há razão” para que os “conhecimentos” do senhor Dühring — ou, aliás, aquilo que reste deles após esta “depuração” tão cuidadosa — sendo, como vimos, sumamente escolares em todos os campos, não possam “entrar no acervo dos primeiros e prévios conhecimentos”, sobretudo se temos em conta que eles nunca saíram desse acervo infantil. O senhor Dühring ouviu algo de que na sociedade socialista o trabalho e a educação estão unidos para assegurarem uma formação técnica multilateral e um fundamento prático da instrução científica; por isso, também neste ponto se utiliza a socialidade de maneira insólita. Mas já que, como vimos, a velha divisão do trabalho continua a subsistir no essencial na futura produção dühringiana, esta formação escolar técnica carece de toda a aplicação prática posterior, de toda a relevância para a produção, e não pode ser senão um fim em si mesma: substituirá a ginástica e a educação física, dos quais o nosso revolucionário radical não quer nem ouvir falar. Por isso, ele não pode oferecer-nos mais do que umas poucas frases vazias, como que “a juventude e a terceira idade trabalham no sentido mais sério da palavra.”

Toda esta charlatanice vazia, sem conteúdo nem fundamento resulta lamentável quando a comparamos com *O Capital*, no qual Marx desenvolve a tese de que “o sistema fabril, tal como pode ver-se em detalhe em Robert Owen, nasceu do embrião da educação do futuro, a qual combinará, para todas as crianças acima de uma certa idade, o trabalho produtivo com a instrução e a ginástica e/ou educação física, não apenas como método de intensificar a produção social, mas também como único método para produzir homens plenamente desenvolvidos em todos os aspectos.”

Passemos por alto a Universidade do futuro, na qual a filosofia da realidade constituirá o núcleo de todo o saber e na qual, juntamente com a Faculdade de Medicina, seguirá também florescendo uma Faculdade de Direito; passemos também por alto os “especiais institutos especializados”, dos quais apenas nos é dito que se limitarão a “uns poucos assuntos”. Suponhamos que o jovem cidadão do futuro, após superar todos os outros cursos escolares, encontra-se já “tão baseado em si próprio” que pode procurar esposa. Que percurso de coisas lhe abre o senhor Dühring?

Dada a importância da reprodução para a fixação, a eliminação, a mistura e até para um novo desenvolvimento formador de propriedades e qualidades, as raízes últimas do que é humano ou desumano devem procurar-se em grande medida na associação sexual e na escolha sexual e, para além disso, no sentido favorável ou não a uma determinada tendência dos nascimentos. Teremos que deixar para uma época futura ditar a sentença sobre a grosseria e a incompreensão que hoje grassam neste campo. Mas mesmo debaixo do peso dos preconceitos pode entender-se hoje que mais importante do que o número de nascimentos são a qualidade e a constituição dos mesmos permitida pela natureza da prudência humana. Em todas as épocas e em todas as situações jurídicas aniquilaram-se os monstros; mas a escala que conduz da normalidade á deformação que já não é humana tem muitos degraus... Evitar que nasça um ser humano que não poderá ser senão um mal é evidentemente um benefício.

Análogamente, lemos noutro lugar:

Não pode ser difícil para a compreensão filosófica... o direito do mundo ainda não nascido á melhor composição possível...A concepção e, em todo o caso, também o nascimento oferecem a oportunidade para introduzir neste campo um controlo de previsão e, excepcionalmente, também classificador.

E noutro lugar:

"A arte Grega de idealizar o homem no mármore não pode continuar a ter a mesma importância histórica a partir do momento em que tomamos a sério a tarefa, muito menos artisticamente travessa e, portanto, muito mais importante para o destino vital de milhões, de aperfeiçoar a forma do homem em carne e sangue. Este tipo de arte não é meramente estanque nem apenas lida com a pedra, e a sua estética não se refere á contemplação de formas mortas, etc."

O nosso jovem cidadão do futuro seria trazido de volta á terra. Sem necessidade daquilo que disse o senhor Dühring, ele sabe muito bem que casar-se não tem nada a ver com arte de pedra, nem é contemplação de forma mortas; mas o senhor Dühring tinha-lhe prometido que poderia recorrer a todas as vias que lhe abrissem o percurso das coisas e do seu próprio ser, com o objectivo de encontrar um coração feminino irmão do seu, com o correspondente corpo. Agora, ele não se encontra de forma nenhuma ligado á "moralidade mais aprofunda e rigorosa". Primeiro, temos que denunciar a grosseria e a incompreensão que reinam no terreno da associação e da escolha sexuais para termos em conta o direito do mundo futuro a uma composição que seja a melhor possível. O nosso jovem tem, pois, de ser nesse solene momento uma espécie de Fídias de carne e sangue, ocupado em aperfeiçoar a forma humana. Como fazê-lo? As prévias manifestações misteriosas do senhor Dühring não lhe dão a menor indicação concreta, apesar do próprio autor dizer que se trata de uma "arte". Terá já talvez o senhor Dühring um manual desta arte "esquemáticamente á vista", como tantos outros que já circulam sub-repticiamente no comércio do livro Alemão? Na realidade, não nos encontramos já aqui na socialidade, mas sim na *Flauta Mágica*, com a diferença de que o descansado capelão Maçónico Sarastro apenas pode aprender a ascender até á categoria de "sacerdote de segunda classe" comparado com o nosso mais profundo e rigoroso moralista. As provas que Sarastro impôs ao seu casal de adeptos são uma brincadeira de crianças perante a prova espantosa que o senhor Dühring impõe aos seus indivíduos soberanos antes de lhes permitir chegar ao "matrimónio ético e livre". E assim pode suceder que o nosso Tamino do futuro, muito debruçado "sobre si mesmo" e com o Absoluto debaixo dos seus pés, tenha um destes pés a um par de escalões de distância do normal, de modo que, por exemplo, as más línguas lhe chamem coxo. E então? Será que o nosso mais profundo e rigoroso moralista os proibirá aos dois de praticar em carne e sangue a arte do aperfeiçoamento do homem? Aplicará o seu "controlo de previsão" á "concepção" e/ou o controlo "classificador" ao nascimento? Deixará um em como as coisas ocorrerão de outra forma: o casal vai voltar costas a Sarastro-Dühring e dirigir-se-á para o registo civil.

Alto! – exclama o senhor Dühring. Isto não é o que eu queria dizer. Falemos por um momento

Dados os "motivos elevados e autenticamente humanos das uniões sexuais sãs dos sexos...", a figura humanamente enobrecida da emoção sexual cuja culminação manifesta-se como *amor apaixonado*, quando é recíproco, torna-se na melhor garantia da sua união, saudável também no seu resultado...é um mero efeito de segunda ordem o de que de uma relação harmoniosa em si mesma nasça um produto de carácter, textura e composição concordantes. Por isso, conclui-se que toda a constrição tem de ser nociva, etc."

E assim se resolve tudo da forma mais maravilhosa na mais maravilhosa das socialidades. O coxo e a corcunda amam-se apaixonadamente e oferecem assim, com o seu amor recíproco, a melhor garantia para um harmonioso “efeito de segunda ordem”; é como nas novelas: ama-se, conseguem estar juntos, e toda a moralidade mais profunda e rigorosa termina, como sempre, em harmoniosa verborreia.

A seguinte acusação á actual sociedade demonstra as nobres concepções do senhor Dühring acerca do sexo feminino:

Na sociedade baseada na venda do homem pelo homem, a prostituição é aceite como complemento óbvio do matrimónio coactivo em favor dos homens; e é algo totalmente compreensível, mas também *muito significativo, que não possa haver algo semelhante para as mulheres.*

Não gostaria por nada deste mundo ser eu a ter de recolher os agradecimentos devidos pelas mulheres ao senhor Dühring em atenção a este notável cumprimento. Mas será possível que o senhor Dühring desconheça totalmente esse tipo de ingressos, hoje nada insólitos, procedentes das pensões femininas? E pensar que o senhor Dühring cumpriu o seu período obrigatório de advogado estagiário, e que vive em Berlim, cidade na qual já nos meus tempos, há trinta e seis anos (e isto para não falar dos tenentes da guarda), “advogado estagiário” costumava ser usado com frequência suficiente para rimar com o nome dos já referidos bandidos.

Vamos assim despedir-nos de forma divertida e conciliadora do nosso tema, que foi muitas vezes bastante seco e miserável. Enquanto tivemos de tratar de diversas questões particulares, o juízo estava constrangido pelos factos objectivos e indiscutíveis; e com base nesses factos ele era necessariamente directo e até duro. Mas agora, quando já cavalgamos ás costas da filosofia, da economia e da socialidade, quando temos em vista a figura completa do escritor ao qual tínhamos de julgar em detalhe, agora podemos colocar em primeiro plano pontos de vista humanos; agora ser-nos-á permitido que possamos reconduzir a causas pessoais os vários absurdos e frequentes petulâncias que de outro modo seriam incompreensíveis; e assim resumiremos o nosso juízo de conjunto sobre o senhor Dühring com as palavras: *irresponsabilidade por megalomania.*

## Prefácio de 1894

Esta nova edição é uma reedição da antiga, com excepção de algumas mudanças estilísticas pouco importantes. Somente num capítulo - o décimo da Parte II: "Sobre a História Crítica" que eu me permiti fazer acréscimos substanciais pelos seguintes motivos.

Como já foi dito no prefácio à segunda edição, este capítulo foi essencialmente obra de Marx. Eu fui forçado a fazer cortes consideráveis no manuscrito de Marx, que na sua primeira redacção havia sido concebido como um artigo para uma revista, e eu tive que cortar precisamente aquelas partes em que a crítica das proposições de Dühring foi ofuscada pelas revelações do próprio Marx da história da economia. Mas esta é a secção do manuscrito que ainda hoje desperta o maior e mais permanente interesse. Eu considero-me na obrigação de fornecer da forma mais fiel e completa possível as passagens em que Marx atribui a pessoas como Petty, Norte, Locke e Hume o seu lugar apropriado na génese da economia política clássica, e ainda mais a sua explicação do Tableau económico de Quesnay, que continua a ser um enigma insolúvel da esfinge para toda a economia política moderna. Por outro lado, sempre que o fio do argumento torna isso possível, eu omiti passagens que se referem exclusivamente aos escritos do Sr. Dühring.

Quanto ao resto, estou perfeitamente satisfeito com o grau em que, desde que a edição anterior deste livro foi publicada, os pontos de vista nele defendidos penetraram na consciência social dos círculos científicos e da classe trabalhadora em todos os países civilizados do mundo.

Londres,  
23 de Maio de 1894

F. Engels

## **Notas Preparatórias**

### **Fragmento acerca da Irlanda**

Quando os povos Indo-Germânicos emigraram para a Europa, eles expulsaram os habitantes originais pela força e cultivaram a terra como propriedade comunal. Isto pode ser demonstrado historicamente entre os Celtas, os Germanos e os Eslavos, e ainda se encontra hoje em vigor - sob a forma de escravidão directa (Rússia) ou de escravidão indirecta (Irlanda), entre os Eslavos, Germanos e até mesmo Celtas [*Rundale*]. Após os Lapões e os Bascos terem sido expulsos, a força não foi mais utilizada. A igualdade ou alternatividade, admitiam voluntariamente um tratamento preferencial obtido dentro da comunidade. Quando a propriedade comunal deu origem à propriedade privada da terra pelos camponeses individuais, a divisão entre os membros da comunidade ocorreu de forma espontânea até ao século XVI e foi essencialmente um processo muito gradual, com os vestígios da propriedade comunal a continuarem a existir. Não havia porque usar a força, esta foi utilizada apenas contra os remanescentes da propriedade comunal (na Inglaterra nos séculos XVIII e XIX, na Alemanha principalmente no século XIX). A Irlanda é um caso especial.

## **Notas Preparatórias**

### **Fragmento acerca de Thomas More**

Até agora, a força - a partir de agora, a socialidade. Um puro desejo piedoso, a demanda por "Justiça". Mas Thomas More fez esta demanda há 360 anos atrás, e ela ainda está por cumprir.